

CAPÍTULO 4 - O INEP E A RBEP

A *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)* é editada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)¹, órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Neste capítulo será reconstruída a história do INEP e da *RBEP* com o objetivo de compreender como o Instituto e a *RBEP* são instrumentos utilizados pelo Conselho Federal de Educação para exercer a liderança da reforma universitária.

A reconstrução da história do INEP e da *RBEP* que será feita aqui utilizará como hipóteses de trabalho as seguintes proposições: o INEP é um Aparelho de Estado que assume as características de um partido político,² e a *RBEP* é um instrumento utilizado pelo Instituto para exercer a liderança para uma reformulação moral e intelectual da sociedade; no período entre 1962 e 1971 o INEP, na rede de poder político, é próximo do Conselho Federal de Educação, e a *RBEP* é uma revista paradigmática.

Ressalto que a *RBEP*, neste estudo, é ao mesmo tempo fonte de pesquisa e objeto de estudo. É fonte por fornecer os artigos e documentos que serão estudados para identificar as concepções paradigmáticas que norteiam o exercício do poder pelo CFE na elaboração de política pública para o ensino superior. É objeto por ser um dos instrumentos que o CFE utiliza para instaurar a sua hegemonia política e intelectual no campo educacional.

¹ O INEP durante a sua história recebeu várias denominações, mas mantendo sempre a sigla original: Instituto Nacional de Pedagogia (1937), Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1938), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (1972) e, em 2003, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

² Ver acima seção 3.1 “Partido”

A história do INEP e conseqüentemente da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)* é marcada por processos de descontinuidade. Os estudos consultados normalmente utilizam o recurso de dividir a história do INEP e da *RBEP* em períodos.³ Os critérios para a periodização podem ser divididos em internos e externos a eles. Os que utilizam critérios internos são Brito (1984), Gandini (1995) e Saavedra (1988). Os que utilizam critérios externos são Castro (1984), Rosas (1984), Saviani (1984) e Sguissardi e Silva Jr. (1998).

Jader de Medeiros Brito, que foi editor da *RBEP*, no Editorial do v. 65 n. 150 (maio/ago 1984) da Revista⁴, ao apresentar os artigos que analisam a história da *RBEP*, divide a história da Revista em três períodos: de 1944 a 1951, de 1951 a 1964 e o posterior a 1964. No primeiro período, o INEP foi dirigido por Lourenço Filho e Murilo Braga, sendo a ênfase maior dos artigos publicados na *RBEP* relacionada a questões intrinsecamente pedagógicas (administração escolar e psicologia escolar). No segundo período, o INEP é dirigido por Anísio Teixeira e a *RBEP* se teria tornado tribuna do debate em relação à democratização do ensino. No terceiro período, no qual a figura dos diretores do INEP não é tão marcante como nos períodos anteriores, a ênfase da *RBEP* dá-se em relação à administração do ensino. Brito afirma ainda, nesse Editorial, que na nova fase iniciada em 1983 a Revista tinha como objetivo aproximar-se da produção da comunidade acadêmica.

Raquel Gandini não faz uma periodização propriamente dita. Ao estudar a *RBEP* nos seus primeiros anos, utiliza, como critério para delimitação do período (1944-1952) a ser estudado, a influência de Lourenço Filho no INEP e, conseqüentemente, na Revista.

Silvia Maria Galiac Saavedra, funcionária de carreira do INEP, na sua dissertação de mestrado, ao expor a história do INEP, utiliza como critério de periodização a institucionalização do tipo de pesquisa realizada pelo Instituto.⁵ Ela divide a história do INEP em quatro momentos. O de 1937 a 1951, que ela nomeia como o da “Institucionalização da Pesquisa Educacional”, no qual a influência de Lourenço Filho é marcante e a maioria das pesquisas está relacionada com a psicologia. O de 1952 a 1963, que ela nomeia como o da “Perspectiva Interdisciplinar da Educação”; nesse período o INEP é dirigido por Anísio Teixeira. O de 1964 a 1976, nomeado como o da “pesquisa do esvaziamento ou o

³ Foram consultados uma tese, uma dissertação, quatro artigos e um editorial.

⁴ No v. 43, n. 97, de jan/mar de 1965, da *RBEP*, que é a primeira a apresentar os créditos às pessoas que trabalharam na elaboração da Revista, Jader Brito já aparece como Redator Chefe.

⁵ Apesar da tentativa de Saavedra elaborar um trabalho isento, em muitos momentos da sua dissertação de mestrado se misturam a pesquisadora e a funcionária que viveu muitos dos momentos narrados. A leitura dessa dissertação é interessante tanto pelos dados fornecidos, como pelo seu caráter de depoimento sobre a cultura organizacional do INEP.

esvaziamento da pesquisa”; este período é caracterizado por um lento processo de eliminação das condições internas para o desenvolvimento da pesquisa educacional. O de 1976 a 1984, que seria o período da “Tentativa da Transformação”.

Amélia Domingues Castro (1984), ao analisar a presença da didática na *RBEP*, utiliza como marco as grandes reformas do ensino, propondo a seguinte periodização: “Da reforma Capanema à LDB de 1961”; da “LDB de 1961 à de 1971”; e a partir de 1971.

Paulo Rosas (1984), em seu artigo sobre a Psicologia na *RBEP*, utiliza como critério o desenvolvimento da Psicologia no Brasil. Rosas propõe três fases: de 1920 a 1939, de 1940 a 1959, e a de 1960 a 1979. Como se observa, Rosas inicia a sua periodização em período anterior ao primeiro número da *RBEP*; este fato pode ser explicado por Rosas ter o objetivo de apresentar o contexto do desenvolvimento da Psicologia no Brasil no qual é desenvolvido o seu estudo sobre a Revista.

Dermeval Saviani (1984), ao analisar a Filosofia da Educação na *RBEP*, utiliza como critério a vinculação dos artigos publicados pela *RBEP* com as correntes educacionais. Ele utiliza como marco divisório uma periodização provisória das correntes educacionais brasileiras, constante de artigo publicado no ano anterior. Ele assim periodiza: de 1945 a 1960 (concepção humanista moderna); de 1960 a 1969 (articulação entre a concepção humanista moderna e a tecnicista); de 1969 em diante (domínio da concepção tecnicista e manifestações da filosofia analítica). Segundo a sua análise, até o ano de 1962 são publicados exclusivamente artigos com enfoque humanista moderno (Escola Nova) e a partir dessa data também são publicados artigos com a visão tecnicista.

Valdemar Sguissardi e João dos Reis Silva Junior (1998), ao analisarem a produção sobre o ensino superior presente na *RBEP*, utilizam como critério a conjuntura política e a vinculação entre análise política e acadêmica. Os autores propõem três períodos. O primeiro, do nascimento e consolidação da Revista, de 1944 a 1964; o segundo, da presença prioritária do Estado, de 1964 a 1980, e o terceiro, da presença prioritária da sociedade civil e da crítica às políticas públicas, de 1980 a 1995.

O estudo que se segue, tendo em vista as hipóteses levantadas acima, utilizará como base a conciliação entre as periodizações internas com as externas, buscando assim ao mesmo tempo compreender a organização interna do INEP como Aparelho de Estado e como ele se insere na rede de poder mais ampla. Propõe-se a seguinte periodização:

- período da influência de Lourenço Filho (1944 a 1951);

- período da influência de Anísio Teixeira (1952 a 1971). Este período será subdividido em dois: de 1951 a 1961, que é marcado pelo debate da LDB/61, e o de 1962 a 1971, que é marcado pela discussão da Reforma Universitária e do ensino de 1º e 2º graus;
- período do fortalecimento do INEP como centro de documentação de (1972 a 1975);
- período da tentativa de desmonte do INEP de (1976 a 1980);
- período da aproximação da comunidade acadêmica (1980 a 1995) e;
- período da transformação do INEP em agência de avaliação (1995 a 2001).

Neste capítulo ater-se-á principalmente ao período de 1962 a 1971 no qual ocorre a discussão e a implantação legal da Reforma Universitária. O período de 1937 a 1951 será estudado para apresentar os antecedentes históricos do INEP e da *RBEP* que permitem que eles se tornem instrumentos do CFE. A pesquisa histórica dos períodos posteriores a 1971 não será apresentada nesta tese. Os dados estatísticos e da estrutura da Revista serão apresentados conforme sejam necessários para o desenvolvimento da argumentação.

4.1 Antecedentes e primeiros tempos do INEP (1936 a 1951)

Esta seção, que recebe o nome de um artigo de Lourenço Filho em comemoração dos 25 anos da *RBEP*,⁶ tratará do período que é normalmente caracterizado como aquele em que a influência de Lourenço Filho é marcante. O INEP é criado e se desenvolve em um período em que se busca a racionalização do Estado mediante a ação dos técnicos.⁷ Autores que fizeram parte da Associação Brasileira de Educação (ABE), como Fernando de Azevedo (1964), Lourenço Filho (1964) e Paschoal Leme (1984), afirmam que a idéia da criação de um órgão de pesquisa que fornecesse subsídios para as políticas públicas tem a sua origem nos congressos promovidos por essa Associação.⁸ Paschoal Leme afirma que a criação do INEP vem atender as reivindicações da ABE da concentração no Poder Central das decisões sobre política educacional. Em suas palavras

⁶ LOURENÇO FILHO. Antecedentes e primeiros tempos do INEP. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 42, n. 95, set/dez, p 8-17, 1964.

⁷ Ver acima seções 1.5.6. “Poder de Estado e poder dos técnicos” e 2.1 “Antecedentes históricos do CFE”.

⁸ É interessante notar que eles não fazem referência à própria participação na ABE. São recorrentes nos textos expressões de elogio aos seus membros, Fernando de Azevedo (1964, p. 22) afirma “um admirável grupo de educadores da A.B. E”, Paschoal Leme (1984, p. 261) afirma: “educadores brasileiros mais eminentes e atuantes”. Mesmo Fernando de Azevedo que, ao discorrer sobre os autores das reformas educacionais promovidas nos estados na década de 1920, cita a si próprio como um dos promotores das reformas, não se cita como pertencente à ABE. A ABE foi fundada em 1924 e a partir de 1927 promove as Conferências Nacionais de Educação (BUFFA, 1984, p. 301).

Conforme se verifica pelo que expusemos até aqui, essas reformas de educação e ensino restringiram-se às áreas dos vários Estados da Federação. O governo federal quase nada realizava, a não ser algumas reformas no âmbito dos ensinos superior e secundário, preso que estava à letra do artigo 35 da Constituição de 1891, que limitava a ação do Poder Central apenas a esses dois graus do ensino. Todas as outras modalidades (pré-primário, primário, normal, profissional, etc.) estavam entregues às Unidades Federativas. Essa situação só veio a se modificar após a Revolução de 1930, quando se deu uma maior concentração de poderes no governo federal, pela diminuição da influência das oligarquias locais, que antes comandaram todos os aspectos da política nacional (LEME, 1984, p. 261-2).

Por sua vez, Fernando de Azevedo assegura que os promotores das Reformas Educacionais encontravam como dificuldade a falta de pesquisas que fundamentassem a elaboração dessas reformas. Ele afirma:

...se, de um lado, se tornavam urgentes as reformas de estrutura escolar, já arcaica e viciada, em todo o país, de outro lado, a introdução, muito recente, de estudos sociológicos não haviam ainda entrado na fase de pesquisas científicas, metodicamente conduzidas (AZEVEDO, 1964, p. 23).

Os princípios educacionais defendidos pelos reformadores da educação foram expressos em 1932 no “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” dirigido ao povo e ao Governo. Segundo Ester Buffa (1984, p. 302), esses princípios são: “a laicidade, a obrigatoriedade do Estado em assumir a educação, a co-educação dos sexos etc”.

Tanto Fernando de Azevedo como Paschoal Leme interpretam que a “Revolução de 1930” foi um marco no qual a burguesia assumiu o poder afastando a influência dos setores conservadores, as oligarquias agrárias. Essa visão é no mínimo parcial, pois os chamados conservadores não foram excluídos do poder como a análise dos autores deixa transparecer. A tese de Raquel Gandini, ao tratar dos primeiros anos da *RBEP*, é explícita em relação à força da Igreja Católica, que é associada nesse período às forças conservadoras. Segundo a autora,

Esses dados indicam que a criação de uma revista por parte do Ministério da Educação, a orientação política desta e a exclusão inicial de colaboração dos defensores do escolanovismo, principalmente Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, foram resultantes, em grande parte, da influência de Alceu Amoroso Lima na qualidade de principal intérprete da Igreja Católica, àquela altura dos acontecimentos (GANDINI, 1995, p. 26).

Como a *RBEP* teve o seu primeiro número em 1944, Anísio Teixeira (1956) afirmaria que, em 1937, com a instauração do Estado Novo, foram traídos os ideais de 1930.⁹ Contudo, segundo Ester Buffa, a “Revolução de 1930”, em relação aos dois grupos que rivalizavam nesse período, foi de conciliação. Buffa afirma:

⁹ Sobre a interpretação de Anísio Teixeira sobre a “Revolução de 1930” ver adiante seção 4.2.2.3 “Os princípios básicos: os não problematizados e os que se buscaram o consenso (1952 a 1961)”.

Os debates sobre essas duas concepções de educação católica e escolanovista, diametralmente opostas por seus objetivos, métodos, valores, foram acalorados e só arrefeceram com a Constituição de 1934 e mais ainda com a implantação do Estado Novo. O resultado prático do embate foi uma solução de conciliação e compromisso oferecida primeiro pela Constituição de 1934 e depois pela de 1937. Ambas adotaram o ensino religioso de frequência facultativa nas escolas públicas, ao mesmo tempo em que atenderam a algumas reivindicações dos Pioneiros (1984, p. 302).

Feita a ressalva, voltemos ao texto de Fernando de Azevedo. Ele afirma que dois tipos básicos de fatos foram a base para a formulação das idéias para a criação do INEP: primeiro, as reformas educacionais realizadas entre 1925 e 1935; ele cita como exemplo a reforma levada a cabo por ele no Distrito Federal, de Lourenço Filho em São Paulo e de Anísio Teixeira no Rio de Janeiro. Os três nomes estão entre os signatários do “Manifesto dos Pioneiros”. É interessante notar que ele omite outros reformadores como, por exemplo, Francisco Campos. O segundo tipo de fatos foi a implantação da cadeira de sociologia em diversas instituições. Apesar de Fernando de Azevedo Parecer reivindicar a “posse” do INEP aos signatários do “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”, por terem sido eles os proponentes de sua criação, afirma que o mérito da criação do Instituto deve ser atribuído a Lourenço Filho.¹⁰ Em suas palavras:

Ela [a idéia do Instituto] nasceu, como procurei mostrar, de um movimento de idéias e de reformas que reclamavam, umas e outras, as atividades de pesquisa – aquelas, como condição indispensável ao próprio desenvolvimento dos estudos sociológicos, e estas, as reformas, como base para seus planejamentos. Mas, uma coisa é a idéia que surge na hora própria, sob a pressão de mudanças sócio-culturais, e outra, a sua realização, isto é, as intenções, os meios de pô-la em prática, os homens que se decidem a inseri-la no real, e os de que nos utilizamos para fazê-la viver e progredir (AZEVEDO, 1964, p. 25).

O INEP será constituído a partir de 1938, tendo como base a Psicologia e não a sociologia como teria sido, segundo Fernando Azevedo, a idéia original. Outro aspecto a ser considerado é que, a partir da instauração do Estado Novo, não foram todos os que capitanearam as reformas educacionais na década de 1920 que encontraram espaço. Raquel Gandini afirma:

... os reformadores que foram alçados ao poder no Estado Novo, foram aqueles que apresentavam, já na década de 1920 preferências mais autoritárias, como, por exemplo, Francisco Campos, ou mais ‘técnicas’, como Lourenço Filho: conseqüentemente, foram excluídos aqueles que, embora fossem considerados ‘técnicos’, como Anísio Teixeira, e vissem igualmente a educação como um instrumento, preocupavam-se com a efetivação também da liberdade política, e não somente com a preparação para o trabalho e a realização das finalidades do Estado (1995, p. 126).

¹⁰ Sobre a reivindicação da “posse” do INEP ver adiante a seção 4.3.2 “O Manifesto dos Pioneiros do INEP ao povo e principalmente ao governo: os primeiros números pós-golpe de 1964”.

A primeira tentativa da instalação do INEP ocorreu em 1936, quando Gustavo Capanema, ao reformular o Ministério da Educação e da Saúde, cria o Instituto Nacional de Pedagogia a partir da sugestão de Lourenço Filho.¹¹ No primeiro momento, o Instituto não é implantado. Lourenço Filho justifica:

Dado os múltiplos encargos que a reestruturação prevista na lei cometia ao Ministro, não foi logo instalado o Instituto Nacional de Pedagogia. Em 30 de julho de 1938, expediu-se, porém, o decreto-lei nº 580 que lhe alterou a denominação para *Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos*, definido também, de modo mais amplo, a competência e a estrutura de novo órgão (1964, p. 11).

Somente em 30 junho de 1938 o INEP, mediante o decreto-lei nº 580, é instalado com suas atribuições ampliadas e com um novo nome: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. A leitura do referido decreto-lei fornece indícios para compreender por que em 1938, apesar dos *múltiplos encargos* do Ministro, foi possível a sua instalação. Nos artigos 2º e 3º são apresentadas as suas funções

Art 2º Compete ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos:

- a) organizar documentação relativa à história e ao estudo atual das doutrinas e das técnicas pedagógicas, bem como das diferentes espécies instituições educativas;
- b) manter intercâmbio, em matéria de pedagogia, com as instituições educacionais do país e do estrangeiro;
- c) promover inquéritos e pesquisas sobre todos os problemas atinentes à organização do ensino, bem como sobre os vários métodos e processos pedagógicos;
- d) promover investigações no terreno da psicologia aplicada à educação bem como relativamente no problema da orientação e seleção profissional;
- e) prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação; ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente desta, esclarecimentos e soluções sobre os problemas pedagógicos;
- f) divulgar, pelos diferentes processos de difusão, os conhecimentos relativos à teoria e à prática pedagógicas.

Art. 3º Constituirá ainda função do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos cooperar com o Departamento Administrativo do Serviço Público [DASP], por meio de estudos ou quaisquer providências executivas, nos trabalhos atinentes à seleção, aperfeiçoamento, especialização e readaptação de funcionalismo público da União (RBEP, 1945, p. 98).

Pode-se observar, primeiro, que nas letras “c” e “d” aparecem os termos “pesquisas” e “investigações”; as pesquisas são referentes a problemas educacionais e as investigações referentes à psicologia aplicada à educação, bem como aos problemas da orientação e seleção profissional. Assim, a pesquisa está relacionada com temas educacionais e a investigação com a psicologia e a seleção de pessoal. O artigo 3º é mais explícito, uma das funções do INEP está diretamente vinculada ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que tem funções que não estão diretamente relacionadas à educação. Lourenço Filho justifica:

¹¹ Lourenço Filho (1964, p. 10) afirma que a idéia foi de um dos colaboradores de Gustavo Capanema.

Em nosso país, a essa época, eram escassos os quadros de pessoal entendidos em orientação e seleção profissional, não, se contando seus técnicos senão pelos dedos, entre médicos e educadores. E como, ao mesmo tempo, se havia estabelecido o INEP e esse Departamento, o DASP, o qual deveria iniciar seus trabalhos com um intenso programa de recrutamento de pessoal, segundo um 'sistema de mérito', quis-se assim aproveitar, da melhor forma, os poucos elementos disponíveis (1964, p. 12).

Esta justificativa permite levantar a hipótese de que Lourenço Filho vinculou as atividades do INEP com as do DASP para conseguir a sua instalação. É importante lembrar que Lourenço Filho tinha formação em psicologia e que já tinha criado anteriormente um serviço de Psicologia Aplicada. Segundo Paulo Rosas,

O serviço de Psicologia Aplicada, criada por Lourenço Filho e organizado por Noemy da Silveira Rudolfer, em 1931, deveria compreender as seções de medidas mentais, medida do trabalho escolar, orientação profissional e antropometria: a orientação métrica e docimológica revela influência de Henri Piéron (1984, p. 316).

A hipótese de que o INEP foi fundado em um arranjo político que o vinculou ao DASP é reforçada pelas seguintes falas de Lourenço Filho:

Essa é a razão pela qual, examinando os arquivos do INEP, verifica-se que apesar de seu título, já nascia ele com um conjunto de auxiliares lotados no Serviço de Biometria Médica, maior que o dos técnicos destinados a realizar estudos propriamente pedagógicos. Nos anos seguintes, aquele conjunto ainda mais deveria crescer e, de tal forma, que em 1943, possuía o dobro de servidores das demais dependências do INEP. Como seria natural, esses serviços especializados deveriam desligar-se depois.

[...] Teria essa associação de serviço prejudicado o INEP? ... É de acreditar que não. De uma parte, por ela se atendia a serviços executivos de alto interesse público, dentro de critérios objetivos, perfeitamente imparciais, o que deu ao novo órgão inegável prestígio social (1964, p. 12).

A vinculação inicial da atividade principal do INEP com o DASP, órgão que não é subordinado ao Ministério da Educação e Saúde, pode ter facilitado a criação de uma cultura institucional de independência do Instituto em relação ao Ministério.

Segundo a retrospectiva histórica de Lourenço Filho, o Instituto Nacional de Pedagogia foi pensado dentro de uma nova estrutura do MEC, que se apoiaria em três órgãos: o Departamento Nacional de Educação, o Conselho Nacional de Educação e o Instituto Nacional de Pedagogia. Lourenço Filho assim descreve a função de cada um dos órgãos:

O Departamento seria órgão executivo por excelência; o Conselho, órgão consultivo, para assessoramento geral; e o Instituto, fonte primária de documentação e investigação, com atividades de intercâmbio geral e assistência técnica. A perspectiva geral dos trabalhos de cada um desses órgãos, como seus respectivos títulos indicavam, seriam sempre nacional (1964, p. 10).

Na visão retrospectiva de seu idealizador em 1964, o INEP ao ser implantado torna-se um órgão que teria tripla função: a de documentação, a de pesquisa e a de divulgação

pedagógica. Ao lado dessas funções relativas à pesquisa, o INEP caracterizou-se por executar políticas públicas. Conforme ver-se-á, essas quatro funções freqüentemente estiveram presentes no INEP com maior ou menor grau.

O INEP nos seus primeiros tempos é dirigido por Lourenço Filho, que se mantém no cargo até o final de 1945. Com o fim do Estado Novo, assume, em 1946, Murilo Braga de Carvalho, que dirige o Instituto até 1951, quando morre em um acidente de avião em viagem de trabalho aos Estados Unidos (AZEVEDO, 1964, p. 25; SAAVEDRA, 1988, p. 45). Murilo Braga, funcionário de carreira do INEP, tinha forte vinculação com Lourenço Filho e dá continuidade ao seu trabalho de pesquisa na área de psicologia, documentação e divulgação de conhecimentos educacionais. A grande marca pessoal de Murilo Braga no INEP foi que o Instituto assumiu a responsabilidade pelas construções escolares, que era responsabilidade do Departamento Nacional de Educação até a sua extinção com o fim do Estado Novo (SAAVEDRA, 1988, p. 45).

Nesses primeiros tempos do INEP, apesar de ter como função e estrutura organizacional principalmente voltada para atender as necessidades do DASP, é intensa a sua atividade relacionada à educação; isto fica patente em documento publicado na *RBEP* em 1946, provavelmente redigido por Lourenço Filho, no qual é feito o balanço das atividades dos sete primeiros anos do Instituto (*RBEP*, 1946).¹² Em relação à atividade de divulgação o documento lista as seguintes atividades desenvolvidas pelo INEP: a) publicações; b) comunicados à imprensa; c) palestras pelo rádio; d) exposições pedagógicas; e) cursos realizados nos Estados; f) cursos realizados na sede do Instituto; e g) freqüência à Biblioteca Pedagógica (p. 119).

Em 1944 é fundada a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* que nos seus primeiros anos será mensal; posteriormente, com Murilo Braga, torna-se trimestral, e, na década de 1970, será quadrimestral. O primeiro número inicia com a apresentação do então Ministro da Educação Gustavo Capanema, seguida pelo Editorial, provavelmente redigido por Lourenço Filho.¹³ Estes dois textos são relevantes por três motivos: primeiro, por transparecer no discurso de Lourenço Filho a idéia de autonomia do INEP em relação ao Ministério da Educação; segundo, por definir a linha editorial da Revista que em linhas gerais será seguida

¹² Apesar de ser um documento oficial e ficar patente na sua redação que se trata de um auto-elogio, a veracidade dos seus dados não é questionada por nenhum dos estudos consultados.

¹³ Ruy Lourenço, filho de Lourenço Filho, em carta a Raquel Gandini afirma que “os Editoriais dos nº 1 a 19 (jan/46) foram redigidos por Lourenço Filho”.

até 1980; e terceiro, por apresentar a estrutura das seções da Revista que não irá ser alterada substancialmente até a década de 1970 e só será radicalmente reformulada em 1983. Passa-se, aqui, a analisar cada um desses itens.

4.1.1 Autonomia do INEP

Gustavo Capanema (1944, p. 3) inicia o seu texto afirmando que a *RBEP* “apresenta-se como órgão [revista, periódico] oficial dos estudos e pesquisas pedagógicas do Ministério da Educação”. Frise-se que, para Capanema, a *RBEP* é uma publicação oficial do Ministério. Lourenço Filho, por sua vez, ao defender uma postura pluralista da Revista, afirma que a Revista pertence ao INEP. Em suas palavras:

Editada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos não se destina a apresentar apenas o movimento **desse órgão** técnico: deverá desenvolver mais amplo programa, aberto como se vê à colaboração dos especialistas de todo o país (LOURENÇO FILHO, 1944, p. 6. Grifos nossos).

A *RBEP* se consolidará como uma revista do INEP que publica atos oficiais, mas a seleção dos mesmos será feita por quem a edita. A partir o v. 1, n. 2 é continuamente publicada no verso da capa a seguinte ementa da *RBEP*.

Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, órgão dos estudos e pesquisas do Ministério da Educação e Cultura, **publica-se sob a responsabilidade** do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, e tem por fim expor e discutir questões gerais da pedagogia e, de modo especial o problema da vida educacional brasileira. Para isso aspira congrega os estudiosos dos fatos educacionais no país, e a refletir o pensamento do seu magistério. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos publica artigos de colaboração sempre solicitada, registra, cada mês, resultados de trabalhos realizados pelos diferentes órgãos do Ministério e dos Departamentos Estaduais de Educação; mantém seção bibliográfica dedicada aos estudos pedagógicos nacionais e estrangeiros. Tanto quanto possa, deseja contribuir para a renovação científica do trabalho educativo e para a formação de uma esclarecida mentalidade pública em matéria de educação (v. 1, n. 2 agosto de 1944. Grifo nosso).¹⁴

¹⁴ A ementa é publicada até o v. 65 n. 142 (maio/ago 1978). Na última publicação ela recebe a seguinte redação: “Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, órgão de estudos e pesquisas do Ministério da Educação e cultura, publicada sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, tem por objetivo avaliar as questões gerais de pedagogia e, de modo especial, os problemas da vida educacional brasileira. Para tanto, pretende congrega os estudiosos dos fatos educacionais e refletir o pensamento de seu magistério. Publica artigos, registra resultados de trabalhos efetuados pelos deferentes órgãos do Ministério e pelas Secretarias de Educação e Cultura. Quanto possível, espera contribuir para a formação de uma esclarecida mentalidade pública, em matéria de Educação”.

Comparando as duas publicações observa-se que no geral a ementa se mantém até 1978. Além da atualização dos nomes dos órgãos oficiais e de estilo da redação, as únicas alterações significativas na ementa se referem ao fato da palavra “solicitado” e da frase “mantém seção bibliográfica dedicada aos estudos pedagógicos nacionais e estrangeiros” serem excluídas.

Apesar na ementa repetir no seu início a fala de Capanema, nela torna-se explícito que a responsabilidade da publicação da Revista é do INEP. A análise da apresentação gráfica da Revista fornece outro o indicio de que a direção do INEP compreendia o Instituto como autônomo. Na capa da Revista é feita referência ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e ao Ministério da Educação, contudo a Revista é identificada como uma publicação do INEP.¹⁵ No verso da capa, a partir do v. 1, n. 2, são publicadas a ementa da Revista e a atribuição dos créditos à comissão de redação, e a única identificação institucional apresentada é o nome de Lourenço Filho como diretor do INEP. Portanto, não é impresso o nome do Ministro da Educação. Em 1946, já na gestão de Murilo Braga, deixa-se de apresentar a comissão de redação e no verso da contracapa é impressa a identificação institucional completa do INEP, não havendo nenhuma referência ao Ministro da Educação. A partir de 1947 consta na Revista uma página de rosto trazendo os mesmos dados da capa. No verso da capa é apresentada a ementa e, no verso da página de rosto, a identificação institucional. Os nomes do Ministro da Educação e do Presidente da República só serão impressos a partir do v. 62, n. 142 (maio/ago 1978) em uma pequena referência no verso da capa. No v. 73, n. 175 (set/dez 1992), publicado em setembro de 1994, é impresso no verso da capa o nome do Presidente da República (Itamar Franco), do Ministro da Educação e do Secretário Geral do MEC com o mesmo destaque dado no verso da página de rosto ao Diretor do INEP, ao Gerente do Sistema Editorial e ao Editor Executivo.¹⁶

4.1.2 Linha editorial da RBEP: “Primeiros Tempos”

Gustavo Capanema, pela negação, define a linha editorial da *RBEP*.

Por outro lado não seria mais admissível que as nossas preocupações teóricas se limitassem à divulgação de idéias pedagógicas gerais, tornadas lugares comuns na presente fase da história da **educação nova** no mundo, distanciados que estamos das primeiras tentativas de renovação das práticas pedagógicas [...] e **transposta** que se acha a **fase de discussão dos princípios gerais** da filosofia e da ciência da educação [...] e de **fixação das bases dos métodos ativos** (1944, p. 3. Grifos nossos).

Destaco dois aspectos na apresentação de Capanema: primeiro, que não há mais necessidade de discussões teóricas e, pela negação, pode-se inferir que é papel da Revista publicar aspectos práticos; segundo, que é ponto pacífico que a linha teórica dominante é a da

¹⁵ A capa da Revista se mantém inalterada do v. 1, n. 1 (julho/1944) até o v. 51, n. 93 (jan/mar de 1964). Em 1964 a capa recebe uma pequena alteração. Analisa-se o significado dessa alteração na seção 4.3.2 “O Manifesto dos Pioneiros do INEP ao povo e principalmente ao governo: os primeiros números pós-golpe de 1964”.

¹⁶ Ver anexo 5 “capas da *RBEP*”.

escola nova e dos métodos ativos. Lourenço Filho, por sua vez, inicia o Editorial afirmando que existe a tendência de fortalecimento de um ponto de vista nacional. Lourenço Filho não é tão explícito como Capanema no desconsiderar a importância das análises teóricas, mas frisa a importância do estudo da prática educacional.

Surge assim, no momento próprio, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, para congregar os estudiosos na **observação dos fatos educacionais**, exame dos princípios e doutrinas e cuidadosa análise das mais **importantes questões de aplicação** (*RBEP*, 1944, p. 5. Grifos nossos).

A Revista também se propõe a exercer a liderança de uma reforma moral e intelectual

Com este propósito é que se apresenta esta publicação, animada do sincero desejo de contribuir para a formação de uma **esclarecida mentalidade pública** em matéria educacional; **para dar reflexo às idéias do professorado brasileiro** de todos os níveis e ramos de ensino; para registrar, enfim os rumos da pedagogia brasileira na fase, em que se encontra de viva renovação e de clara afirmação social (*RBEP*, 1944, p. 6. Grifos nossos).

A expressão “esclarecida mentalidade pública”, formulada por Lourenço Filho, ao ser lida à luz da “Apresentação” de Capanema, pode ser entendida como a adoção do modelo escolanovista. A expressão de Lourenço Filho é repetida na ementa da Revista transcrita acima até o v. 62, n. 143 (jan/abr 1979) inclusive. A suposta pluralidade proposta por Lourenço Filho acima, quando transcrita na ementa, é restringida, pois nela é expresso que a Revista “publica artigos de colaboração sempre **solicitada**”. O termo “solicitada” aparece até 1966. Mesmo quando a palavra “solicitada” é retirada do texto, na Revista não é apresentado nenhum procedimento para que o leitor envie artigos. Somente após 1983, quando a Revista é totalmente reestruturada, são apresentados os procedimentos e normas para envio de artigos.¹⁷

Do exposto conclui-se que na Apresentação e no Editorial é definido que a Revista adota na sua criação a seguinte linha editorial: adota o ponto de vista nacional, assume a postura escolanovista e trata de temas práticos. Alguns estudos posteriores mostram que a Revista realmente adota essa postura.

Gandini (1995, p. 15), ao estudar a Revista no período de 1944 a 1951, afirma que é utilizada como critério para inclusão de artigos na Revista a exigência de tratar sobre a organização da educação nacional. Observa (p. 36) que nesse período a maioria dos artigos publicados está relacionada com a psicologia aplicada à pedagogia e à organização do trabalho. Rosa (1984), em trabalho anterior, também chega à mesma conclusão que Gandini: a

¹⁷ Ver anexo 5 “Capas da *RBEP*”

RBEP, principalmente até 1960, publica grande quantidade de artigos relacionados com a psicologia, adotando a tendência psicométrica.

Castro (1984), ao estudar a presença da Didática na *RBEP*, afirma que esse tema é tratado, principalmente nos anos 1944-45, com enfoque instrumental e ênfase em técnicas e recursos. Nesse período é clara a presença dos signatários do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. Sem definir com precisão o período, ela observa que na fase seguinte, a intermediária, é dada ênfase na discussão das concepções psico-pedagógicas. Ela ainda cita uma fase teórica com ênfase na pesquisa. Apesar de a autora demonstrar-se frustrada porque a didática só aparece nos dois primeiros anos da Revista, pode-se compreender, com sua análise, que os aspectos práticos propostos no Editorial do primeiro número estão presentes principalmente nas discussões psico-pedagógicas.

Saviani (1984) afirma que a *RBEP* publicou até 1984 pequeno número de artigos relacionados à Filosofia, fato que é coerente com a proposta da linha editorial da Revista de não publicar artigos de discussão teórica. Ele observa que até 1962 a grande maioria dos artigos ou é de autores que adotam a visão da escola nova, nos termos de Saviani, humanista moderna, ou trata de temas relacionados com essa abordagem. Após esse período há articulação da visão escolanovista com a visão tecnicista.

Buffa (1984), ao analisar a presença dos conflitos ideológicos nas discussões que precederam a LDB/1961, nota que a Revista publica artigos dos defensores da escola pública, principalmente os autores vinculados à visão escolanovista.

4.1.3 Estrutura da RBEP

No Editorial do primeiro número é apresentado o conteúdo que a *RBEP* irá publicar: opiniões, trabalhos realizados pelos diferentes órgãos do Ministério, dados estatísticos, os textos da lei, as decisões administrativas da maior relevância, estudos de aplicação (normas estabelecidas pela prática), notas bibliográficas, informes sobre a vida educacional nos Estados e no estrangeiro e a transcrição de artigos da imprensa. Na leitura do sumário do primeiro número observa-se que a Revista foi dividida em cinco seções primárias e quatro seções secundárias.

Seção Primária	Seção Secundária
Editorial	
Idéias e debates	
Documentação	
Vida Educacional	Informação dos Estados
	Informação do estrangeiro
	Bibliografia
	Através das Revistas e Jornais
Atos Oficiais	

Quadro 1. Seções da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* v. 1, n. 1, julho 1944.

Segundo Gandini (1985, p. 27-8), estas seções se mantêm quase inalteradas na Revista durante todo o período. Ela aponta que há esporadicamente a inclusão da seção “Orientação pedagógica”, a exclusão em alguns números da seção secundária “Bibliografia” (resenhas) e por duas vezes a seção “Documentação” foi dividida em “Documentação” e “Documentação Histórica”.

4.2 Tempos de Anísio Teixeira (1952 a 1971)

Com o falecimento de Murilo Braga, Anísio Teixeira assume a direção do INEP em 4 de julho de 1952 e se mantém no cargo até abril de 1964. A influência de Anísio Teixeira no INEP estende-se além do período em que dirigiu o Instituto, ela perdura até a sua morte em 1971 em acidente em um elevador. O período da influência de Anísio Teixeira (1952 a 1971) será subdividido em dois subperíodos: de 1951 a 1961, que é marcado pelo debate da LDB/1961, e o de 1962 a 1971, que é marcado pela discussão da Reforma Universitária e do Ensino de 1º e 2º grau.

A passagem de Anísio Teixeira pelo INEP é tão marcante que muitos o consideram o verdadeiro fundador do INEP. Um dos inúmeros exemplos do reconhecimento da importância de Anísio Teixeira é a fala de Aparecida Jolly Gouveia em um Seminário organizado por Vanilda Paiva ao assumir a direção do INEP na década de 1980 para discutir a linhas de atuação do Instituto. Assim diz ela:

... assisti aos primeiros dias do INEP, trabalhando sob a direção do Professor Anísio Teixeira, e tenho acompanhado a sua trajetória de uma forma mais ou menos próxima, em diferentes ocasiões (RBEP, 1985, p. 338).

Nesta seção iremos, primeiro, apresentar a ação de Anísio Teixeira para tornar o INEP um Instituto de Pesquisa com a fundação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE); segundo, analisar a direção tomada pela *RBEPE* nesse período, mostrando que a ênfase maior será posta na organização da administração escolar. Na próxima seção analisar-se-á a importância da Revista no debate sobre a Reforma Universitária na década de 1960.

4.2.1 O CBPE.

Apesar de não ter fundado o INEP, pode-se afirmar que Anísio Teixeira refunda o INEP com a criação, em 1953, do Centro de Documentação Pedagógica que teve a função...

... de integrar a atividade de pesquisa e de documentação, facilitando a sistematização dos trabalhos e à posterior divulgação de seus resultados, o CDP seria o embrião do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, cujos estudos haviam iniciado em setembro de 1952, quando da visita ao Brasil de William Beeatty, diretor do Departamento de Educação da UNESCO (SAAVEDRA, 1988, p. 51).

Em 28 de dezembro de 1955, um pouco antes da posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira como novo Presidente da República, é criado o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) pelo decreto 38.460. A criação de um órgão de pesquisa dentro de um Instituto de Pesquisa pode ser compreendida como a busca de uma ruptura com o passado do INEP, o passado ligado ao Estado Novo. Essa posição de ruptura pode ser identificada em dois textos complementares de Anísio Teixeira: o primeiro é o seu Discurso de Posse como diretor do INEP e, o segundo, é o artigo intitulado “A administração pública brasileira e a educação”, publicado no mesmo número em que é publicado o decreto que institui o CBPE.

O “Discurso de Posse” tem tom menos contundente que o segundo discurso. É interessante lembrar que este discurso foi proferido em um momento de consternação pelo trágico falecimento de Murilo Braga durante o segundo governo de Getúlio Vargas.¹⁸ Neste discurso Anísio Teixeira faz um diagnóstico da educação brasileira, afirmando, em linhas gerais, que há despreparo da sociedade brasileira para enfrentar os novos desafios, que o ensino brasileiro é ornamental e livresco. Como solução propõe retomar o processo de reconstrução da escola iniciada na década de 1920 e 1930. A reconstrução deveria ocorrer, não através de atos legais, mas pela sanção da opinião pública e da consciência educacional.

¹⁸ Neste discurso o tom de ruptura é explícito quando Anísio Teixeira, ao se referir a “Revolução de 1930”, afirma que se sabe como uma revolução inicia, mas não como ela termina. O tom de ruptura se mantém mesmo quando no discurso faz uma menção elogiosa a Lourenço Filho. O elogio a Lourenço Filho pode ser interpretado como uma crítica a Murilo Braga.

Sugere ainda buscar na ciência não receitas prontas, mas um itinerário de construção e reconstrução da escola.

No artigo “A administração pública brasileira e a educação”, publicado no início de 1956, Anísio Teixeira faz veemente crítica à postura centralizadora do Estado Novo, que, segundo sua interpretação, buscava para o Estado a mesma racionalização uniformizadora da indústria.

O novo desenho da estrutura do INEP, mediante a implantação do CBPE, busca ao mesmo tempo fortalecer a pesquisa e a descentralização das ações do Instituto. Juntamente com o CBPE são fundados os Centros Regionais de Pesquisa, com as seguintes atribuições, definidas no art. 2º do Decreto 38.460:

- I – pesquisa das condições culturais e escolares e das tendências de desenvolvimento de cada região e da sociedade brasileira como um todo, para o efeito de conseguir-se a elaboração gradual de uma política educacional para o país;
- II – elaboração de planos, recomendações e sugestões para a revisão e a reconstrução educacional do país – em cada região – nos níveis primário, médio e superior e no setor de educação de adultos;
- III – elaboração de livros de fontes e de textos, preparo de material de ensino, estudos especiais sobre administração escolar, currículos, psicologia educacional, filosofia da educação, medidas escolares, formação de mestres e sobre quaisquer outros temas que concorram para o aperfeiçoamento do magistério nacional;
- IV – treinamento e aperfeiçoamento de administradores escolares, orientadores, especialistas de educação e professores de escolas normais e primários.

O art 3º define a estrutura do CBPE:

O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e os Centros Regionais compreenderão sempre uma biblioteca de educação, um serviço de documentação e informação pedagógica, um museu pedagógico, e os serviços de pesquisa e inquérito, de cursos, estágios e aperfeiçoamento do magistério e quando possível, dentre outros, serviços de educação áudio-visual, de distribuição de livros e material didático e outros que se fizerem necessários aos cumprimentos de suas finalidades.

No v. 24, n. 61 (jan/mar 1956), logo após a apresentação do decreto que institui o CBPE e das justificativas de Anísio Teixeira e do Ministro da Educação e Cultura Abgar Renault, é publicado um relatório redigido pela técnica Lúcia Marques Pinheiro, intitulado “Organização e funções do Centro de Documentação Pedagógica da França”. A leitura desse relatório permite afirmar que o CBPE foi criado à “imagem e semelhança” do Centro Francês, permite ainda ao leitor compreender como deverá ser o funcionamento do órgão recém criado. No início do relatório, Pinheiro afirma ser necessário compreender o significado do termo “documentação pedagógica”. Ela assim o define,

Tudo que possa representar instrumento útil ao educador ou ao estudioso de educação, quer se trate de material de estudo ou de auxílio didático para realização de seu trabalho, é objeto de interesse do Centro. Seu objetivo é esclarecer e dar ao administrador, ao estudioso de educação, ao professor, instrumentos úteis a seus

trabalhos e procurar estimular os mestres a buscarem os meios mais seguros de se aperfeiçoarem (PINHEIRO, 1956, p. 154).

O CBPE, a partir dessa definição de Pinheiro e da descrição feita por ela do Centro de Documentação Pedagógico da França, teria a função de elaborar de forma descentralizada pesquisas e experimentos educacionais, centralizar a documentação e livros sobre educação e disseminar a informação principalmente na formação de professores. Em três palavras: pesquisar, documentar e disseminar.

A atuação do CBPE e conseqüentemente do INEP é assim descrita por Saavedra:

... o INEP caminhava oferecendo inúmeros cursos para professores e especialistas do Brasil e da América Latina, realizando pesquisas e aperfeiçoando pesquisadores, registrando e divulgando a produção do conhecimento e as experiências, interagindo com o MEC e indicando as diretrizes políticas e sociais para a tomada de decisão, dialogando com os sistemas estaduais e organismos internacionais, em sua estratégia de ampliar suas funções e tornar-se o inspirador da formação de uma 'consciência comum' para uma prática educativa mais efetiva (1988, p. 58).

O exercício do poder e a constituição de um saber educacional no período em que Anísio Teixeira esteve à frente do INEP não deve ter sido tão tranqüila como Saavedra descreve e como se encontra em outros relatos de veneração à figura de Anísio Teixeira.¹⁹ Dois fatos permitem levantar essa hipótese: primeiro, a promulgação do decreto que institui o CBPE nos dias que antecedem à troca de governo; segundo, apesar de as duas campanhas promovidas pelo INEP (a Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar – CILEME – e a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino – CALDEME) e sua absorção pelo CBPE estarem previstas na justificativa de Abgar Renault, no dia 11/01/56 a CALDENE é extinta pelo Decreto 38.556, também assinado por Renault, tendo as suas atribuições transferidas à Campanha Nacional de Material de Ensino junto ao Departamento Nacional de Educação (DNE).²⁰

4.2.2 A RBEP de 1952 a 1961

No período de 1952 a 1961, são publicados na Revista artigos referentes à discussão a elaboração da LDB/1961. Como visto acima, Ester Buffa (1984), ao analisar “os conflitos

¹⁹ Ver por exemplo as “falas” do Seminário realizado por Vanilda Paiva em 1985 ou o texto de Maria Helena Guimarães de Castro (1999).

²⁰ O decreto que na prática extingue a CALDENE foi publicado no diário oficial no dia 12/01/1956, contudo na *RBEP* ele só é publicado no v. 24, n. 62 (abril/junho 1956), apesar de o v. 24, n. 61 (jan/mar, 1956) publicar o discurso de posse do Ministro Clovis Salgado, com data de 02/02/62. Provavelmente os editores da *RBEP* devem ter considerado não aconselhável publicar no mesmo número a contradição de Abgar Renault

ideológicos ocorridos durante a tramitação da Lei de Diretrizes Bases e a participação da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos”, afirma que a Revista tomou o partido dos defensores da escola pública. Ela assim resume as posições apresentadas na Revista:

Apenas num e noutro grupo o liberalismo assume um matiz diverso, pragmatista no primeiro e idealista no segundo. Esta conotação pode ser percebida nos argumentos que uns e outros utilizam ao defenderem a escola pública em função de sua maior eficiência e do atendimento às necessidades próximas e imediatas do País, um país que passou por uma série de transformações e que deveria consolidar a democracia, para a qual a escola pública tinha um importante papel a desempenhar. Os idealistas defendiam a escola pública na medida em que esta escola, por não ser sectária, por ser leiga, por garantir a liberdade de consciência, é a que contribuí decisivamente para a consecução dos objetivos supremos da educação; a afirmação da individualidade, da originalidade, da autonomia ética do indivíduo. Havia ainda um outro grupo formado sobretudo por professores da área de Ciências Sociais da USP, cujo líder incontestado era Florestan Fernandes, que defendia a escola pública na medida em que somente esta podia se configurar como um instrumento eficaz na superação do subdesenvolvimento político econômico, social e cultural da Nação. No entanto, como já se disse, o que sobrepujara era a união de todos na luta pela defesa do ensino público (BUFFA, 1984, p. 304).

Como textos exemplares do posicionamento da Revista neste período retomar-se-á o “Discurso de Posse” de Anísio Teixeira e o seu texto complementar intitulado, “A administração pública brasileira e a educação”. A análise desses textos utilizará como referência o roteiro estabelecido na conclusão do capítulo 3 desta tese, a saber: a) identificar os modelos e regras adotadas para a construção do conhecimento da realidade; b) identificar os problemas considerados legítimos; e c) identificar os princípios básicos (não problematizados e aqueles em relação aos quais se busca o consenso).

4.2.2.1 Os modelos e regras adotados para a construção do conhecimento da realidade (1952 a 1961)

A construção de propostas educacionais deve buscar o conhecimento científico.

Temos que nos esforçar para fugir a tais rotinas de simples opinião pessoal, onde ou sempre que desejarmos alcançar ação comum e articulada. Sempre que pudermos proceder a inquéritos objetivos, estabelecendo os fatos com a maior segurança possível, teremos facilitado as operações de medida e julgamentos validos. Até o momento, não temos passado, de modo geral, do simples censo extático da educação. É necessário levar o inquérito às práticas educacionais. Procurar medir a educação, não somente em seus aspectos externos, mas em seus processos, métodos, práticas, conteúdos e resultados reais obtidos. Tomados os objetivos da educação em forma analítica, verificar, por meio de amostras bem planejadas como e até que ponto vem a educação conseguindo atingi-los (TEIXEIRA, 1952, p. 78).

Os caminhos serão propostos pela análise científica das experiências e não a partir de leis.

Não será por leis, mas por tais estudos, que daremos início à reforma do ensino, que todos anseiam mas temem, com fundado receio de que se transforme em mais uma experiência frustra de alteração de nomes ou de posição dos elementos no complexo da situação educacional (TEIXEIRA, 1952, p. 78).

A ciência não nos vai fornecer receitas para as soluções dos nossos problemas, mas o itinerário de um caminho penoso e difícil, com idas e voltas, ensaios e verificações e revisões, em constante reconstrução, a que não faltará contudo a unidade de essência, de fins e objetivos, que estará contida não só na lei de bases e diretrizes, como na consciência profissional, que pouco a pouco se irá formando entre os educadores. Será por este modo que o Instituto pensa se deixar conduzir pelo método e espírito científico (TEIXEIRA, 1952, p. 79).

As análises deverão buscar a diversificação:

Pouco importa o número das escolas. Todas deverão ter o máximo de autonomia, sendo a sua unidade não imposta, embora resultante e resultado de idéias comuns, conhecimentos comuns e práticas comuns. Nessa unidade, haverá todas as diversificações, segundo as circunstâncias de tempo, lugar e pessoa (TEIXEIRA, 1956, p. 20).

4.2.2.2 Os problemas considerados legítimos (1952 a 1961)

Os dois textos apresentam como o grande problema a ser enfrentado a construção de uma escola que atenda, por um lado, as demandas de uma sociedade em pleno avanço tecnológico e, por outro, que seja um instrumento da democracia.

4.2.2.3 Os princípios básicos: os não problematizados e aqueles em relação aos quais se busca o consenso (1952 a 1961)

A diferença entre os princípios básicos não problematizados dos princípios em relação aos quais se busca o consenso é muito tênue. Iniciar-se-á essa seção apresentado os princípios da argumentação de Anísio Teixeira nos quais ele indica que há consenso e, posteriormente, os princípios em relação aos quais o autor busca o consenso.

Anísio Teixeira parte do diagnóstico de que a sociedade brasileira estaria em um período de intenso processo de industrialização e conseqüente urbanização.

Estamos, com efeito, a fazer, agora, a nossa revolução industrial, melhor, diríamos, tecnológica, com o seu rol de conseqüências em nosso modo prático de viver, na divisão do trabalho, no surgimento da produção em massa, no enriquecimento nacional e na crescente urbanização da vida brasileira (1952, p. 70).

Não é nenhuma novidade afirmar-se que uma das tendências de nossa época, com o progresso das comunicações e das técnicas, é o crescimento das organizações humanas, não só no sentido da área territorial sob seu alcance, como no da

densidade de sua força unificante e uniformizante. Toda a indústria moderna é uma ilustração, quase diria assoladora, dessa tendência (1956, p. 3).

Um segundo principio básico consiste na defasagem do ensino oferecido em relação às necessidades sociais

Todo o ensino sofria, assim, dessa diátese de ensino ornamental: no melhor dos casos, de ilustração e, nos piores, de verbalismo vazio e inútil (TEIXEIRA, 1952, p. 73).

Com esse aumento qualitativo das chances de emprego, público e particular, e o baixo índice de produtividade do brasileiro, em qualquer dos dois campos, pagamos a nossa ineficiência, senão simulação educacional. É por aquele preço – parasitismo do emprego público e baixa produtividade, isto é, alto custo de vida – que conseguimos fechar o ciclo e impedir, deste modo, a ruptura do equilíbrio (TEIXEIRA, 1952, p. 75).

Do ponto de vista da indústria, assistimos a fenômeno dos mais impressionantes e esclarecedores. Está ela tomando a si o problema de formar o trabalhador qualificado e especializado, com um sistema de ensino paralelo ao oficial e isento dos seus defeitos maiores (TEIXEIRA, 1952, p. 76).

Apesar de os métodos levarem em consideração o indivíduo, os objetivos da educação não se direcionam aos interesses do indivíduo em ascender socialmente.

A escola secundária multiplicou-se, quase diríamos ao infinito. Como escola de passar de uma classe social para outra, fez-se a “escola” brasileira. [...] Fez crescer uma indústria de livros didáticos fáceis e fragmentados, ‘de acordo com o programa’ e reentronizou o passar no exame como finalidade suprema e única da tortura, meio jocosa meio trágica, que é o nosso atual ensino secundário. Num país em que a incitativa privada foi sempre reticente ou apática, para tudo que custa esforços e não remunera amplamente, fez-se do ensino secundário um dos campos prediletos dessa iniciativa (TEIXEIRA, 1952, p. 74).

Considera-se como ponto de transição entre os princípios não problematizados e os problematizados a crítica de Anísio Teixeira ao modelo centralizador implantado pelo Estado Novo. Anísio Teixeira entende que a “revolução de 1930” foi um marco de modernização e democratização do país, e que a instauração do Estado Novo é o momento em que o processo é interrompido.

No texto “A administração pública brasileira e a educação” Anísio Teixeira formula toda a sua argumentação na tentativa de estabelecer o consenso sobre a idéia de que as ações do Estado devem ser descentralizadas. Ele parte da constatação de que no Estado Novo a utilização da “correta” distinção entre os serviços meios e os serviços fins²¹ acarretou em um

²¹ Os serviços meios são aqueles relacionados diretamente com a organização do Estado, por exemplo, a administração dos recursos, a seleção e administração de pessoal, o orçamento etc. Os serviços fins são aqueles que buscam atingir os objetivos do Estado, por exemplo, as atividades exercidas por uma escola ou um hospital.

processo de ineficiência ao centralizar e supervalorizar os serviços meios principalmente na ação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Ele afirma:

O DASP multiplicou-se em DSP estaduais e até municipais e a nova 'ciência da administração' impregnou toda a ação dos Estados com o caráter formalístico da ação federal, dividindo e separando fins e meios, uniformizando e centralizando estes últimos e provocando, por toda parte, a mesma ineficiência e imobilização dos serviços públicos (TEIXEIRA, 1956, p. 13).

Na mesma linha de crítica ao processo de centralização e uniformização, no início do texto ele critica a utilização dos métodos de organização industrial pelo Estado. Ele afirma:

A minha observação, contudo, restringe-se, nos limites da argumentação que desejo aqui desenvolver, ao aspecto de serem a centralização e a standardização industriais mais uma consequência dos atuais métodos da produção moderna, em massa, do que uma aspiração ou um ideal. Busca-se produzir mais e com a maior eficiência possível e para isso se organiza a produção em série e em larga escala, com o máximo de planificação, mecanização, divisão do trabalho, uniformização das operações e uniformização de produtos (TEIXEIRA, 1956, p. 3).

Após longa argumentação defendendo a descentralização das atividades do Estado a partir da crítica das mazelas da centralização, Anísio Teixeira reforça o princípio básico de que a escola deve ser autônoma e, conseqüentemente, diversificada. Ele afirma:

... escolas, não são serviços materiais, e sim, casas de educação, exigindo que alunos e educadores tenham a autonomia necessária para juntos conduzirem um processo que é, por excelência, pessoal e tão diversificado quanto for o número de alunos que ali se estiver educando. Se há tarefa que não pode obedecer a planos previamente fixados é a da educação (TEIXEIRA, 1956, p. 19).

A autonomia e a diversificação só são possíveis se a legislação apenas "indicar os objetivos da educação a fixar certas condições externas e a prover recurso para que a mesma se efetive" (TEIXEIRA, 1956, p. 21). Ele ressalva que

As limitações dessa autonomia devem ser apenas aquelas limitações impostas pela necessidade de eficiência, o que se verifica, nos casos em que ao professorado e corpo dirigente faltam experiência ou tirocínio suficiente para a autonomia (TEIXEIRA, 1956, p. 20-1).

A defesa da tese que as escolas devem ser autônomas não significa, para Anísio Teixeira, que sejam privadas; ele sugere que funcionem à moda das fundações.

Administrativamente, as escolas se deverão constituir em órgãos autônomos, à maneira de fundações, sujeitas ao controle e fiscalização, de órgãos centrais, também eles governados por normas estabelecidas por conselhos técnicos (TEIXEIRA, 1956, p. 22).

Portanto, os princípios básicos nos dois textos de Anísio Teixeira analisados como exemplares do período são: a realidade brasileira estava em intenso processo de industrialização e urbanização; a escola brasileira não atendia as necessidades sociais; a

educação deve atender objetivos mais amplos que as aspirações individuais de ascensão social; o Estado Novo caracteriza-se por quebrar o processo de democratização da sociedade brasileira que teria iniciado em 1930; a defesa da descentralização da administração pública; a autonomia da escola apenas restringida pelos objetivos gerais da educação e da sua capacidade técnica; e a defesa da escola pública.

4.3 Tempos de Reformas - 1962 a 1971

Com o golpe militar de março de 1964, Anísio Teixeira é afastado da direção do INEP, o que não significa dizer que a sua influência tenha diminuído. Segundo Saavedra (1988, p. 80-81 e 128), a influência direta de Anísio Teixeira só termina com a sua morte em 1971.

Com o afastamento de Anísio Teixeira, assume a direção do INEP Carlos Pasquale, representante da educação particular. Saavedra (1984, p. 69-70) afirma que a Indicação de Pasquale tinha a intenção de destruir o trabalho de Anísio Teixeira, o que não ocorreu de imediato.²² Observando os créditos institucionais apresentados nos primeiros números da *RBEP* tem-se que Pasquale mantém praticamente a mesma estrutura organizacional do CBPE (o coração do INEP) e com as mesmas pessoas. Como podemos observar no quadro abaixo, apenas a Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais não aparece no quadro institucional do CBPE após o golpe de 1964. É interessante lembrar que Úrsula Albershein substituíra Darcy Ribeiro na coordenação desta divisão.²³

Estrutura administrativa do CBPE	Janeiro/março 1964	abril/junho 1964
Diretor Executivo	Péricles Madureira Pinho	Péricles Madureira Pinho
Diretor Adjunto	Joaquim Moreira de Sousa	Joaquim Moreira de Sousa
Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério	Lúcia Marques Pinheiro (coordenadora)	Lúcia Marques Pinheiro (coordenadora)
Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais	Jayme Abreu (coordenador)	Jayme Abreu (coordenador)
Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais	Úrsula Albershein (Coordenadora Substituta)	

Quadro 2: Estrutura administrativa do CBPE

²² Ver adiante seção 4.3.2 “O Manifesto dos Pioneiros do INEP ao povo e principalmente ao governo”: os primeiros números pós-golpe de 1964.

²³ Albershein substituiu Darcy Ribeiro na coordenação na Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais, segundo a indicação da revista, desde julho/setembro de 1962.

Em 1966 Carlos Pasquale afasta-se do INEP para assumir a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e indica ao Ministro Aragão, em reunião da Unesco realizada em Buenos Aires, Carlos Mascaro para assumir a direção do Instituto. Mascaro era funcionário de carreira do INEP e tinha ligações com Anísio Teixeira (SAAVEDRA, 1988, p. 74-5). O período de Mascaro na direção do INEP é assim descrito por Saavedra:

Sem ter ligações com os militares e sabendo das dificuldades existentes naquele período, seu único apoio era o Ministro Aragão, e reconhecia que, àquela altura, o INEP estava muito visado porque era considerado ‘uma ponta de lança do avanço’ no sentido democrático da educação e, assim, ‘as vistas dos militares estavam focalizadas sempre no INEP’ (1988, p. 75):

No período de Mascaro, o INEP participou do Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares criado pelo Decreto nº 60.155²⁴ em janeiro de 1967, mediante “realização de estudos, levantamentos, treinamento de pessoal e outras iniciativas que lhe fora atribuído” (SAAVEDRA, 1988, p. 76). Antecipando a participação do INEP nesse grupo, no v. 46, n. 104 (out/dez 1966) são publicados dois artigos sobre construções escolares na seção “Estudos e Debates” e a bibliografia sobre construções escolares na seção “Documentação”. Ainda na administração de Mascaro o INEP participou da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED); nesse período a única referência encontrada na *RBEP* à COLTED é a publicação da Portaria nº 69 de 13/3/67 que define o seu Regimento (v. 48, n. 107, jul/set de 1967).

Nesse período as relações do INEP na rede de poder são tensas. Saavedra assim interpreta o momento:

Os pesquisadores mais atuantes que não foram afastados, emudeceram; a correspondência foi censurada, principalmente aquela de atendimento a pedidos de informações educacionais originárias do exterior; foram queimadas todas as revistas estrangeiras de países socialistas e ‘descartados’ os livros cujos autores ou conteúdo fossem contrários às idéias do sistema que se instalava; suspenderam-se as assinaturas de diversos periódicos. O CBPE tornou-se alvo de constante ‘supervisão’ e seu pessoal, pela primeira vez, dividiu-se em suas reações (1988, p. 124).

Em 11 de abril de 1969 assume o INEP Guido Ivan de Carvalho que se mantém no cargo até março de 1970, quando o gabinete da direção foi transferido para Brasília. O seu sucessor foi Walter de Toledo Piza que dirige o INEP até janeiro de 1972. A fase final da gestão de Mascaro e dos diretores que o seguiram é marcada por tentativas de reestruturação. Na primeira, Mascaro formula projeto para tornar o Instituto autônomo, com a intenção de fortalecê-lo, proposta não aceita. Na segunda, de Carvalho, no ano de 1969, propõe-se

²⁴ Diferente da informação de Saavedra, no v. 48, n. 107 (jul/set de 1967) é apresentada a publicação do Decreto nº 61.050, de 21/7/67, que cria Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares.

transformar o Instituto em uma fundação, proposta também não aceita. Na terceira, na gestão de Piza, foram feitos estudos por pessoas levadas por ele para reestruturação do INEP com a extinção dos centros regionais (SAAVEDRA, 1988). Saavedra, a partir de depoimentos, apresenta a seguinte descrição da situação do INEP nesse momento:

Essa foi uma das piores fases da vida do INEP, final da década de 60, quando era nítida a ‘intervenção’ em suas atividades, quando o Instituto ‘não tinha condições de desenvolver sua própria política interna porque as coisas eram bloqueadas e existiam pressões externas’ (1988, p. 77).

Neste contexto de tentativas de desmonte do INEP, a *RBEP* será uma tribuna de discussão da Reforma Universitária, que será consolidada em 1968 com a aprovação pelo Congresso Nacional do conjunto de leis que é denominado como lei da reforma universitária.²⁵ O termo “tribuna” deve ser compreendido aqui com o mesmo sentido que se atribui à *RBEP*, como a tribuna dos debates que precederam à elaboração da LDB/1961, isto é, a tribuna de um dos grupos rivais das lutas em torno da LDB na década de 1950. Na década de 1960, a *RBEP* será principalmente a tribuna da parte do Conselho Federal de Educação ligada a Anísio Teixeira e/ou ao INEP.²⁶

4.3.1 Estrutura da RBEP

Seguindo uma estrutura próxima do primeiro número, a *RBEP*, do v. 37, n. 85 ao v. 38, n. 87, e do v. 39, n. 89 e v. 40, n. 91, adota a seguinte divisão: Editorial; Estudos e Debates; Documentação (com a seção secundária “Conselho Federal de Educação”); Notas para História da Educação (com as seções secundárias Informação do País; Informação do Estrangeiro; Livros; Através de Revistas e Jornais e, Atos Oficiais). A partir do v. 38, n. 88 (out/dez de 1962) a seção “Notas para História da Educação” é extinta e as suas seções secundárias são inseridas na seção “Documentação”.²⁷

²⁵ Sobre o trâmite da aprovação do conjunto de leis que formam a reforma universitária ver acima seção 2.6.3.2 “O trâmite da reforma universitária”

²⁶ Na Revista, além dos temas relacionados com a Reforma Universitária, também são publicados textos sobre outros temas, como educação e desenvolvimento, formação de professores, construções escolares, televisão educativa (principalmente na segunda metade da década de 1960), ensino profissionalizante de nível médio, ensino primário, entre outros temas.

²⁷ A seção secundária “Notas para a História da Educação” foi inserida na revista pela primeira vez no v. 34, n. 79 (jul/set 1960). Nesse mesmo número foi extinta a seção “Vida Educacional”, sendo as suas seções secundárias incorporadas à nova seção. A seção “Notas para a História da Educação” é “inaugurada” com a republicação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação*. Sobre as seções nos primeiros números da *RBEP* ver acima seção 4.1.3 “Estrutura da Revista”.

A seção secundária “Conselho Federal de Educação” é publicada a partir da instalação do CFE. O antigo Conselho Nacional de Educação não tinha seus documentos publicados em uma seção equivalente nos números anteriores da *RBEP*. A seção secundária “Conselho Federal de Educação” publica Pareceres que também são publicados na Revista editada pelo próprio Conselho, a *Documenta*. O que diferencia uma publicação da outra é que a *Documenta* publica quase todos os documentos produzidos pelo CFE enquanto que a *RBEP* apenas publica Pareceres selecionados. Esta duplicidade de publicação por revistas oficiais pode ser um indicativo da importância atribuída pelos editores da *RBEP* aos debates que ocorriam no CFE sobre a Reforma Universitária.²⁸

Até o v. 45, n. 97 (jan/mar 1965) inclusive, a Revista publica todas as seções citadas acima. A partir do número seguinte a seção secundária “Conselho Federal de Educação” deixa de ser publicada regularmente, isto não significando que o CFE deixa de fazer parte da revistas, mas sim que muitos dos seus Pareceres, Indicações e Estudos Especiais são publicados como artigos na seção “Estudos e Debates” ou na seção “Documentação”. A partir do v. 45, n. 101 (jan/mar 1966) algumas seções secundárias deixam de ser regularmente publicadas.²⁹

Na seção “Estudos e Debates” são publicados artigos que expressam a opinião de seus autores. Na seção “Documentação” são publicados estudos realizados pelo INEP, levantamento bibliográfico sobre temas específicos, extratos de documentos com conclusões de conferências e artigos assinados. Na seção secundária “Através de Revistas e Jornais” são publicados artigos assinados que foram publicados em outros veículos. Portanto, o estudo das idéias presentes na *RBEP* nesse período não pode se restringir à seção “Estudos e Debates”, pois elas estão presentes também em outras seções.

4.3.2 O Manifesto dos Pioneiros do INEP ao povo e principalmente ao governo: os primeiros números pós-golpe de 1964

Os dois números que seguem ao golpe militar de 1964 são significativos para compreender a posição do INEP diante da instauração dos governos militares. Os dois números devem ser lidos no todo, buscando-se a tese defendida pelo autor/editor e não dos

²⁸ No Apêndice esta discussão é aprofundada.

²⁹ Ver anexo 2 “Seções da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*”.

autores dos artigos específicos.³⁰ É provável que os autores dos artigos não tenham consciência que o seu texto faça parte da argumentação do editor na defesa de uma tese específica.

Apesar de os dois números terem, como datas de capa, abril/junho de 1964 e setembro/dezembro de 1964, eles foram compostos e impressos na gráfica do IBGE no ano de 1965.³¹ O fato de as Revistas terem sido publicadas em 1965 permite inferir que houve tempo de maturação para a seleção dos textos a serem apresentados na Revista e por isso constituírem um “Manifesto dos Pioneiros do INEP ao povo e principalmente ao governo”.³² Nos dois números identificam-se as seguintes manifestações: o INEP não irá contra as decisões dos governantes militares relativas à ordem pública, não há ruptura da normalidade legal com o golpe, o INEP ainda continua vinculado a Anísio Teixeira, a grande reforma educacional a ser realizada é a universitária, e o Conselho Federal de Educação é o órgão que deve realizar a reforma universitária com o apoio das pesquisas realizadas pelo INEP.

O v. 41, n. 94 (abril/junho de 1964) conta com apenas 145 páginas, sendo um dos números com menor volume de páginas publicados entre os anos de 1962 e 1971.³³ Este número é publicado com algumas alterações na apresentação gráfica. Entre outras possíveis mudanças, observa-se que na capa da Revista é alterada a ordem da indicação institucional da publicação que foi respeitada desde o primeiro número; agora, na parte inferior da capa, é impresso na primeira linha “Ministério da Educação e Cultura”, e, na segunda, “Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos”.³⁴ A expressão “publicado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos” é retirada. Nas páginas internas ainda não se faz referência ao nome do Ministro da Educação. Esses aspectos gráficos sugerem que o INEP não se sobrepõe ao Ministério da Educação e Cultura ao mesmo tempo em que se apresenta como independente. A segunda alteração consiste em que na seção secundária “Conselho Federal de Educação” aparecem os títulos dos Pareceres, o que não ocorria nos números anteriores.³⁵ Essa alteração se torna relevante se considerarmos que o primeiro título de Parecer publicado é “Ato institucional e competência do Conselho”. A terceira alteração que se observa é que, a partir

³⁰ Sobre a idéia de autor/editor ver acima a seção 3.4.1 “A produção da revista”.

³¹ Informação obtida nas páginas finais da revista.

³² O nome dessa seção é uma referência ao Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova ao povo e ao governo.

³³ A média de páginas da revista no período é de 208 páginas (+/- 40). Esse número é maior apenas que o v. 41, n. 93 (jan/mar 1964) e v. 43, n. 98 (abril/junho 1965) que contam respectivamente com 124 e 117 páginas. Ver anexo 3 “Dimensões da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*”.

³⁴ Tradicionalmente era impresso na primeira e segunda linhas “Publicado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos” e, na terceira, “Ministério da Educação e Cultura”.

³⁵ v. 41, n. 93 (janeiro/março 1964) não é publicada a seção secundária “Conselho Federal de Educação”.

desse número, na seção secundária “Através de Revistas e Jornais”, é impressa, ao final dos artigos de jornal, a data em que foram publicados nos veículos de origem. Essa alteração informa ao leitor se o artigo foi publicado antes ou depois do golpe e principalmente que a Revista entende que não houve, com o golpe, ruptura da normalidade,³⁶ pois se encontram alguns artigos com datas anteriores ao golpe e artigos com datas posteriores.

A idéia da continuidade da normalidade legal torna-se clara quando a Revista, primeiro, publica, na seção secundária “Atos Oficiais”, decretos e portarias promulgados no governo de João Goulart; segundo, ao publicar, na seção “Estudos e Debates”, um artigo de Paulo Ernesto Tolle (do Conselho Estadual de Educação de São Paulo), no qual o autor reconstrói a discussão relativa aos aspectos legais do conceito de “Cátedra” realizada nos Pareceres do CFE.

No Editorial do v. 41, n. 94 (abril/jun. 1964), é apresentado o Discurso de Posse de Carlos Pasquale no INEP. Nesse discurso, Pasquale (1964) exalta as atividades técnicas de documentação e pesquisa do INEP e dos seus centros regionais, deixando claro que irá manter a estrutura do Instituto; ressalta o papel do Instituto na formulação de políticas públicas para a educação; afirma que a LDB/1961 impôs um sistema de organização administrativa descentralizada e flexível. O Discurso de Posse de Carlos Pasquale deixa transparecer a vinculação com as idéias de Anísio Teixeira, excluindo-se a defesa de Pasquale da importância da escola particular.

Na seção secundária “Conselho Federal de Educação” é reproduzido o Parecer do CFE intitulado “Ato Institucional e competências do Conselho” que teve como relator Péricles Madureira Pinho, que, à época, era diretor executivo do CBPE. Em linhas gerais, Pinho (1964b, p. 217) afirma que é de direito de um “governo revolucionário” agir “sem controle jurisdicional nem invocação de dispositivos jurídicos da ordem anterior”, sendo assim, as intervenções nas universidades para o “controle” da ordem pública e “as situações juridicamente configuradas pelo Ato Institucional constituem fato consumado cuja apreciação escapa à competência” do CFE. Tanto a publicação do Parecer pela Revista, como o fato de o Parecer ter como relator o diretor do CBPE são um claro sinal de que o INEP se alinha à “Revolução”, ou pelo menos não se opõe a ela. Aqui, utiliza-se o termo “Revolução” em vez

³⁶ Os artigos são: “Educação pré-requisito para o desenvolvimento”, discurso de posse de Suzana Gonçalves na CAPES. “Cultura para o povo”, Yolanda Bettencourt, publicado no Painel Brasileiro (janeiro de 64); “Novas técnicas para a formação do operário”, Gustavo Lessa, publicado na Revista Educação, n. 46, editada pela Associação Brasileira de Educação; “Brado de alerta da Universidade de Brasília” de Antônio Callado, publicado pelo Jornal do Brasil (26-4-64).

de “golpe” para indicar que provavelmente nesse período não há clareza para os editores da *RBEP* de que o movimento militar é um Golpe de Estado. Como vimos acima, no auge dos acontecimentos muitos intelectuais consideraram que se estava promovendo apenas o reordenamento político do país e não um Golpe de Estado.³⁷

Interpreta-se, aqui, que na *RBEP* v. 41, n. 94, é manifesto que a reforma universitária deverá ser feita pelo CFE. Esta posição é expressa no citado artigo de Paulo Ernesto Tolle (1964). O autor toma para análise o tema que gerou maior polêmica dentro do CFE: a extinção ou não da Cátedra. O autor cita a posição de vários conselheiros e de juristas consultas pelo CFE sobre o tema. A impressão que se passa ao leitor é que as discussões no CFE são acirradas, fundamentadas e profícuas. Portanto, é possível que o leitor conclua: o CFE é o órgão competente para fazer a reforma universitária.

Na seção “Através de Revistas e Jornais” é reproduzido o artigo de Antônio Callado, “Brado de alerta da Universidade de Brasília”. Neste artigo Callado retoma os argumentos do Prof. Jorge Felipe Kafure na sua proposta de Regimento Analítico da Universidade do Brasil (atual UFRJ). No artigo, Callado reforça a idéia de que a reforma universitária não deve criar um modelo único para o país, mas sim possibilitar a criação de vários modelos que atendam às diversas realidades de um país desigual. Esta posição é a mesma defendida pelo CFE na sua fase jurisprudencial.³⁸

Na seção “Documentação” é publicado o discurso do presidente Castelo Branco proferido na Universidade do Ceará. No discurso Castelo Branco (1964), além de enfatizar que a universidade tem papel relevante para o desenvolvimento do país, do perigo das infiltrações políticas nos campus universitários e de que a preocupação maior do governo será com a erradicação do analfabetismo, ele afirma que será de responsabilidade do CFE elaborar o Plano Nacional de Educação.

No segundo número da *RBEP* pós-golpe de 1964 (v. 42, n. 95, set./dez 1964), são publicados quatro artigos na seção “Estudos e Debates” que podem ser considerados, juntamente com o Editorial desse número, emblemáticos da postura a ser assumida pelo INEP, ou pelo menos da linha editorial da *RBEP*. Os dois primeiros artigos são de Lourenço Filho e de Fernando de Azevedo em comemoração aos 25 anos da fundação do INEP, apesar

³⁷ Ver acima seção 2.3 “O golpe Militar e o CFE”.

³⁸ Ver acima seção 2.6. 1 “Fase jurisprudencial”.

de o Instituto ter completado os seus 25 anos em 63. Os dois artigos seguintes são de Anísio Teixeira e de Abgar Renault, respectivamente, tratando do ensino superior.

O Editorial que é intitulado “Antes do Dicionário Brasileiro de Educação” é assinado por Péricles Madureira de Pinho, diretor executivo do CBPE, conselheiro do CFE, que relatou o Parecer no qual o CFE se isenta de analisar as intervenções dos militares nas universidades brasileiras, pois se trataria de um caso de ordem pública. No Editorial, Pinho, evitando ao extremo ser indelicado, crítica a proposta do Conselheiro Celso Kelly da edição, pelo INEP, do Dicionário Brasileiro de Educação. Na sua linha de argumentação, Pinho aborda quatro pontos: primeiro, afirma que, na época da elaboração do regimento interno do CFE, teria se contraposto à idéia do então Secretário Geral Celso Kely de instituir um órgão de estudos e pesquisas ligado ao CFE, argumentando que o INEP atenderia a estas necessidades do Conselho. Segundo, apresenta a proposta do conselheiro. Terceiro, relembra a competência histórica do INEP na edição de documentação pedagógica, mas afirma que, por causa do costumeiro atraso na entrega de monografias dos colaboradores do INEP, a edição do Dicionário se torna inviável. Quarto, propõe que seja elaborado um Plano de um Repertório da Educação no Brasil. Na argumentação de Pinho ressalto a concepção de que o INEP é o órgão que atende às necessidades do CFE em relação aos estudos e pesquisas

O Artigo de Lourenço Filho apresenta o histórico dos primeiros anos do INEP e conclui ressaltando a importância do INEP. Nas palavras de Lourenço Filho,

A resposta não é fácil. O que se pode chamar de processo educacional é uma decorrência da vida social em toda a sua complexidade e plenitude. Abrange condições propriamente sociológicas, demográficas e econômicas, e o progresso de uma filosofia social que à ação política bem possa inspirar, mas com isso, certamente, a ação de *educacionistas* (passe lá o temo) ou de pedagogistas por profissão analistas educacionais que admitam investigação objetiva.

Para maior proveito da ação desses últimos e, sem dúvida, mais perfeita compreensão de todas aquelas condições e circunstâncias, é que se faz necessário um órgão de documentação, pesquisa e divulgação pedagógica (1964, 16).

Também ressaltando o papel do INEP, Fernando de Azevedo narra de “memória” os fatos que teriam inspirado a criação de um Instituto de pesquisas educacionais: a ação dos Reformadores da Educação e a implantação da cadeira de sociologia. O artigo de Fernando de Azevedo foi escrito após o golpe militar de 1964, isto sendo evidente na seguinte menção a Anísio Teixeira: “seu diretor até a pouco”. Com a observação do momento em que o artigo foi escrito, leia-se a sua conclusão:

O que Lourenço Filho instituiu e organizou, dando-lhe sentido, forma e vida, Anísio Teixeira consolidou e desenvolveu, fundando mais tarde, com Abgar Renault, os Centros de Pesquisa Educacionais, no Rio de Janeiro, em S. Paulo, no Recife, em

Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre, como núcleos de estudos e pesquisas e de irradiação, pelo país, de seus trabalhos e de suas conclusões. Eles constituem – e esperamos sejam, de fato –, a nascente de novo pensamento pedagógico, constantemente revisto e testado pela análise das condições e necessidades da vida nacional, na diversidade de seus aspectos e de suas regiões (p. 26).

Os artigos de Abgar Renault e de Anísio Teixeira em linhas gerais defendem a mesma tese e seguem a mesma estrutura de argumentação. Ao discutirem o papel da universidade nos seus dias os dois autores defendem que a universidade tem um papel mais amplo que a simples formação de profissionais. Ao argumentarem os autores utilizam como justificativa os exemplos norte-americanos.

Anísio Teixeira, exaltando o movimento que culminou com a fundação da Universidade de Brasília, afirma que o papel da universidade consiste em

função formadora e de cultura básica, a função de preparo do especialista, o curso de pós-graduação e a pesquisa, e a idéia de serviço e integração na sociedade e nos seus problemas (1964, p. 45).

Tendo como base as idéias de Kerr, presidente da Universidade da Califórnia, Anísio Teixeira defende que a universidade norte-americana é reflexo de uma

sociedade totalmente industrializada, penetrada de ciência e tecnologia e coletivamente organizada sob a forma de grandes grupos com interesses diversos e muitas vezes contraditórios (1964, p. 32-3).

Anísio Teixeira afirma que para atender a essa sociedade a universidade norte-americana adotou múltiplos modelos. Ele entende que a multiplicidade de modelos é que permite a universidade ser fator determinante para o desenvolvimento norte-americano. Segundo Anísio Teixeira (1964, p. 36), só é possível a implantação de uma universidade com modelos múltiplos em uma sociedade democrática que confia "na liberdade de ação e conseqüente diversidade de experiência e apego ao teste de conseqüências".

Abgar Renault (1964), ao analisar em seu artigo a relação entre universidade e cultura, defende que a universidade não deve se restringir a formar especialistas, mas, sim, formar o cidadão. Na sua argumentação ele afirma que na pátria da especialização, os Estados Unidos, busca-se a conciliação entre a formação geral e a especialização.

O título dos artigos reproduzidos na seção "Através de Revistas e Jornais" permite afirmar que eles fazem parte de uma mesma linha de raciocínio do editor/autor, são eles: "Reforma do Ensino Superior" (B. Girord le L'ain – Traduzido do *Le Monde*); "Modernos estudos de custos e de investimentos em educação" (Jayme Abreu), "Instrução programada" (João Paulo do Rio Branco); "Progresso na indústria cria a era dos técnicos no Brasil"

(Joaquim Faria Góes Filho); e “Escola pública é caminho para integração social” (Anísio Teixeira).

Analisando o conjunto do número a partir do título do Editorial (“Antes do Dicionário Brasileiro de Educação”), tem-se a defesa de que a função do INEP, **antes** de outras atividades, é a de oferecer ao CFE estudos e pesquisas sobre a reforma universitária. O conjunto também deixa claro que o INEP ainda assume a postura dos signatários do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”.³⁹

4.3.3 Editores da *RBEP*

Os editores da *RBEP* não são apresentados na Revista da sua origem até o v. 43, n. 97 (jan/mar, 1965), apenas é impresso o nome dos diretores do INEP/CBPE e dos coordenadores das Divisões do CBPE. Este fato sugere que os dirigentes do INEP e do CBPE são os responsáveis pela linha editorial da Revista. A partir deste número é atribuído o crédito às pessoas que trabalharam efetivamente na elaboração da Revistas, ficando a responsabilidade pela edição da Revista a cargo do Chefe da Redação e do Conselho de Redação.⁴⁰ Considerando a Revista até apenas até o v. 56, n. 124 (out/dez 1971), observa-se que:

- Jader de Medeiros Brito exerceu a função de Redator Chefe durante todo o período;
- Jayme Abreu (coordenador da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais)⁴¹, Lúcia Marques Pinheiro (coordenadora da Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério) e Péricles Madureira de Pinho (Diretor do CBPE) participaram do Conselho de Redação em todos os números,
- Elza Rodrigues Martins (coordenadora da Divisão de Documentação e Informação Pedagógica⁴²) participou do Conselho de Redação na grande maioria dos números.
- Carlos Pasquale participou do Conselho de Redação na maioria dos números durante a sua gestão como diretor do INEP;
- Carlos Correa Mascaro participou do Conselho de Redação durante a gestão de Pasquale como substituto deste e de todos os números durante a sua gestão como diretor do INEP;

³⁹ A visão de que a “Revolução” não fora um Golpe de Estado é que permite a tentativa de conciliar a visão liberal dos signatários do “Manifesto dos Pioneiros da Educação” com o movimento militar. No v. 44, n. 100 (out/dez 1965), no editorial que comemora os 100 números da Revista novamente é aparece a defesa do modelo escolanovista.

⁴⁰ Atualizando os termos, respectivamente se tem o Editor e o Conselho Editorial da Revista.

⁴¹ Os coordenadores das Divisões do CBPE são apresentados apenas até o v. 42, n. 96 (out/dez 1964).

⁴² A partir do v. 51, n. 113 (jan/mar 1969), Elza Rodrigues Martins é apresentada como diretora do CBPE.

- Guido Ivan de Carvalho participou do Conselho de Redação de todos os números durante a sua gestão como diretor do INEP.

O levantamento dos créditos atribuídos na Revista permite concluir que durante o período de 1962 e 1971 há estabilidade das pessoas que conduzem a linha editorial da Revista. As grandes mudanças que ocorrem a partir de 1965 são:

- Jader de Medeiros Brito é apresentado como Redator Chefe.
- Os editoriais deixam de ser assinados, salvo raras exceções, o que sugere que eles são redigidos por Jader de Medeiros Brito.
- A seção secundária “Conselho Federal de Educação” deixa de ser publicada com regularidade. Dos 28 números publicados entre 1965 e 1971, em apenas quatro números consta esta seção. Os Pareceres, em menor número, são publicados em outras seções da *RBEP*.

4.3.4 Os autores da *RBEP*

O levantamento estatístico dos autores que publicaram na *RBEP* entre os anos de 1962 e 1971, apresentada no Anexo 4, contém todos os trabalhos (artigos, Pareceres etc.) assinados, ou em que há identificação de autores ou coordenadores de projetos ou de relatores de Pareceres.⁴³ Esta opção tem as seguintes justificativas:

- no período estudado não há critério claro para um trabalho ser publicado em uma seção ou outra da Revista; por exemplo, os Pareceres do CFE são publicados tanto na seção “Conselho Federal de Educação”, como nas seções “Documentação” e “Estudos e Debates”.
- Considerando a hipótese de que a *RBEP* é um instrumento do CFE, torna-se necessário identificar os conselheiros que têm os seus Pareceres publicados na Revista.

Visto que a identificação da influência dos autores não pode ser considerada apenas pelo seu volume de produção, mas sim também pela contínua publicação dos seus trabalhos na Revista, os dados estatísticos são apresentados distribuídos no tempo. Tendo como critério a periodização proposta no Capítulo 2 desta tese, o período foi dividido em quatro subperíodos.⁴⁴ São eles: de janeiro de 1962 a março de 1964 (fase jurisprudencial anterior ao

⁴³ No caso dos poucos trabalhos assinados por mais de um autor foi considerado apenas o primeiro.

⁴⁴ Ver acima seção 2.5 “Os instrumentos normatizadores do CFE”

golpe), de abril de 1964 a dezembro de 1966, de janeiro de 1967 a dezembro de 1968 e de janeiro de 1969 a dezembro de 1971.

A identificação da origem institucional dos autores foi realizada principalmente a partir das indicações publicadas na Revista. Essa tarefa foi dificultada pela prática adotada pelos seus editores de apresentarem uma única origem institucional em cada trabalho, o que, em muitas situações, pode trazer algumas distorções. Por exemplo, Newton Sucupira em alguns de seus trabalhos publicados é apresentado como da Universidade do Recife e não se informando que pertence ao CFE. Visando superar esse problema de identificação, foram tomados dois procedimentos:

- Quando um autor tem mais de uma identificação em trabalhos diferentes foram apontados, na tabela do Anexo 4, as diversas instituições de vínculo.
- A lista dos nomes dos Conselheiros foi comparada com a lista dos autores que publicaram na *RBEP*.

Considerando as dificuldades da identificação institucional, deixou-se de fazer a estatística da origem institucional dos autores. A leitura do Anexo 4 permite afirmar que os autores, ou pertencem ao INEP, aos Centros Regionais de Pesquisa ou ao CFE, ou, ainda, a órgãos do Executivo. Dos autores que têm três ou mais trabalhos publicados na Revista, apenas quatro aparentemente não têm vinculação com nenhum órgão oficial.⁴⁵

Desconsiderando os Pareceres que foram publicados na seção “Conselho Federal de Educação”, os dez autores que mais publicaram trabalhos na *RBEP* têm a seguinte origem institucional: cinco são ligados exclusivamente ao INEP/CBPE, dois ao CFE e três ao INEP e CFE.⁴⁶

Considerando a publicação nos períodos demarcados e o volume de produção, observa-se a seguinte distribuição dos autores que tiveram maior volume de publicações na *RBEP*:

⁴⁵ São eles Heloísa Marinho (Instituto de Educação da Guanabara, cinco trabalhos) J. A. Laywerys (Universidade de Londres, cinco trabalhos), Carlos Chagas (Universidade do Brasil, quatro trabalhos) e Samuel Fromm Neto, (USP três trabalhos). É muito provável que esses autores façam parte dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais ou sejam peritos da Unesco. Lourenço Filho é apresentado como Professor Emérito da Universidade do Brasil Na seção “Através de Revistas e Jornais” não é apresentada a identificação institucional dos autores.

⁴⁶ Ligados exclusivamente ao INEP/CBPE são Jayme Abreu, Nádía Franco da Cunha, Lourenço Filho, Lúcia Marques Pinheiro e Carlos Pasquale. Ligados exclusivamente ao CFE são Newton Sucupira e Valnir Chagas. Ligados ao INEP e ao CFE são Anísio Teixeira, Durmeval Trigueiro e Péricles Madureira Pinho.

- publicação nos quatro períodos com mais de 20 trabalhos: Jayme Abreu (CBPE – 35 trabalhos)⁴⁷ e Anísio Teixeira (INEP/CFE – 29 trabalhos);
- publicação nos quatro períodos com mais de 10 trabalhos (inclusive) e menos de 20: Newton Sucupira (Un. do Recife/CFE – 18 trabalhos), Valnir Chagas (Un. do Ceará/CFE – 16 trabalhos), Pe. José de Vasconcelos (CFE – 13 trabalhos);
- publicação nos quatro períodos com menos de 10 trabalhos: Nádía Franco da Cunha (CBPE – 9 trabalhos) Lúcia Marques Pinheiro (CBPE – sete trabalhos) e Heloísa Marinho (Instituto de Educação da Guanabara – cinco trabalhos);
- publicação em três períodos com mais de 10 trabalhos: Celso Kelly (CFE – 12 trabalhos);
- publicação nos três períodos com menos de 10 trabalhos: Durmeval Trigueiro (CFE/Coordenador dos Colóquios Estaduais para a organização dos sistemas de ensino – 9 trabalhos), Péricles Madureira Pinho (CBPE/CFE – 9 trabalhos) Lourenço Filho (Professor Emérito da Univ. do Brasil – 8 trabalhos), Carlos Pasquale (INEP/CEE-SP – 7 trabalhos) Michael John Mccarty (CBPE – 7 trabalhos) Maurício Rocha e Silva (CFE – 6 trabalhos) J. A. Lauwerys (Universidade de Londres – 5 trabalhos), Aparecida Joly Gouveia (Centro Regional de Pesquisas Educacionais-SP/USP – 5 trabalhos);
- os Conselheiros que mais publicaram na *RBEP* ao longo do período foram Anísio Teixeira, Newton Sucupira, Valnir Chagas, Pe. José de Vasconcelos, Celso Kelly, Durmeval Trigueiro e Maurício Rocha e Silva.

Dos 18 autores citados com maior quantidade de trabalhos publicados na *RBEP* ao longo do período estudado, sete são ligados ao INEP/CBEP/Centros Regionais, seis ao INEP e ao CFE, três ao CFE, um ao Instituto de Educação do Estado da Guanabara e um à Universidade de Londres.⁴⁸

Os dados estatísticos apresentados nesta seção reforçam a hipótese de que a *RBEP*, além de ser uma Revista editada por um órgão oficial, publica preferencialmente artigos de autores que têm alguma ligação com o INEP e com o Conselho Federal de Educação.

⁴⁷ Pelo volume da produção de Jayme Abreu, os seus trabalhos mereceriam uma análise detalhada em um trabalho que tenha exclusivamente a *RBEP* como objeto de pesquisa.

⁴⁸ Almeida Junior, que no período entre 1944 e 1952 foi um dos autores que mais publicou na *RBEP* (GANDINI, 1995), entre os anos de 1962 e 1966 tem dez trabalhos publicados, sendo sete como relator de Pareceres.

4.3.5 Leitor imaginário

A identificação do leitor imaginário dos editores da *RBEP*, devido à distância histórica, consiste apenas no levantamento de algumas hipóteses. Propõe-se como hipótese que os leitores imaginários dos editores da *RBEP* são: historiadores da educação e formuladores/“implantadores” de política educacional. Para fundamentar esta hipótese analisar-se-á, abaixo, brevemente, o tipo de material que é publicado na Revista e dois editoriais nos quais é apresentada uma auto-análise do papel da Revista para a educação brasileira.

No Editorial do v. 44, n. 110 (out/dez 1965), ao serem relatadas as dificuldades financeiras que a Revista encontrava para ser publicada, o editor afirma:

Ao ser lançado o centésimo número, registra-se a continuidade editorial alcançada pela *RBEP*, apesar dos obstáculos que se antepõem, entre nós, a publicação de natureza técnica, visando a um grupo **limitado de leitores** (*RBEP*, 1965a, p. 219. Grifo nosso).

Ressalta-se nesta citação que o editor tinha a consciência que o grupo de leitores da Revista era limitado por se tratar de uma Revista de natureza técnica. No Editorial do v.49 n. 110 (abr/jun 1968) é exposto o papel da *RBEP* nas reformas educacionais que estavam ocorrendo. O autor afirma:

A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos vem-se esforçando por refletir essas preocupações e esse estado de espírito, divulgando estudos e documentos que oferecem subsídios para sua compreensão (*RBEP*, 1968, p. 225).

Os documentos publicados pela Revista no período consistem de artigos discutindo as reformas e modelos educacionais, síntese de congressos, estudos estatísticos sobre a situação da educação no Brasil, modelos de organização educacional de outros países, legislação educacional e Pareceres/Indicações do CFE. Durante todo o período são publicados decretos com a aprovação de regimentos de universidades. A publicação desses materiais técnicos fornece dados ao número limitado de leitores da *RBEP*, isto é, para os formuladores/“implantadores” de política educacionais, visando a compreensão da história da educação e modelos educacionais.

4.3.6 A linha editorial da *RBEP*: de 1962 a 1971

A apresentação da linha editorial da *RBEP* parte da hipótese, proposta na introdução deste capítulo, de que a *RBEP* é uma revista paradigmática.⁴⁹ Visando a identificação da linha editorial da Revista seguirei os passos propostos no capítulo 3 desta tese, isto é, procura-se explicitar, os modelos e regras adotadas para a construção do conhecimento da realidade, os problemas considerados legítimos e os princípios básicos: os não problematizados e aqueles em relação aos quais se busca o consenso.

Os procedimentos metodológicos para essa análise serão os seguintes:

- a análise dos editoriais da *RBEP* procurando identificar as concepções explicitadas pelos editores da revista;
- o que é publicado na *RBEP*;
- o que não é publicado na *RBEP* apesar de ter relevância no debate;
- o que é publicado com atraso;
- o destaque dado aos documentos ao serem publicados;

4.3.6.1 Os modelos e regras adotados para a construção do conhecimento da realidade (1962 a 1971)

Nos editoriais da *RBEP*, nos quais são analisadas as funções do INEP e da Revista, aponta-se que o papel do Instituto é o de coordenar pesquisas e de divulgar os seus resultados. Nos editoriais encontram-se as seguintes afirmações:

Dada a organização descentralizada e diversificada dos serviços de ensino, ao INEP, como instrumento de coordenação nacional da obra educativa do país, compete colher, analisar e divulgar os dados sobre as experiências que ensaiam nas várias Unidades da Federação (*RBEP*, 1965b, p. 6).

O objetivo dos Centros, especialmente consignado no decreto que os institui, é a pesquisa das condições culturais e escolares e das tendências de desenvolvimento de cada região e da sociedade brasileira, como um todo. É ainda a elaboração do plano, recomendações e sugestões para a reunião e a reconstrução educacional do país, figurando ainda o preparo de material de ensino, incluindo livros de fonte e de texto, e o treinamento e aperfeiçoamento de administradores escolares, orientadores educacionais, especialistas de educação e professores de escola normais e primário (*RBEP*, 1966a, p. 5).

Jayme Abreu, no Editorial do v. 47, n. 106 (abr/jun, 1967), ao criticar as proposições defendidas na III Conferência de Educação, defende que as propostas na área de educação

⁴⁹ Ver acima seção “3.2.2 Obras paradigmáticas”

devem fazer referência à experimentação como ocorre em outras áreas do conhecimento. Em suas palavras:

Possivelmente como decorrência de nossa formação cultural, lítero-jurídica, pouco empirista e pragmática, avessa à pesquisa metódica e sistemática, não se pode identificar na sustentação dos temas, salvo muito excepcionalmente, a nota de fundamentação científica, de observações metódica e racionalmente controladas. Também o fato de ser um encontro sobre educação em muito contribuirá para a ausência no debate dessa observação cientificamente controlada. Se fora uma reunião sobre medicina ou física, por exemplo, seria diferente. A fundamentação das teses teria suportes de outra natureza, que não a do subjetivismo de opiniões (ABREU, 1967, p. 181).

Péricles Madureira de Pinho, no Editorial do v. 49, n. 109 (jan/mar, 1968), ao discutir a formação de professores, defende tese próxima da de Abreu, isto é, de que as propostas para formação de professores devem ser baseadas na experimentação. Em suas palavras:

A recuperação do professor primário é um dos temas mais aflitos da problemática educacional brasileira. As soluções para ele sugeridas não deverão ser experimentadas por órgão meramente executivo. A experimentação pedagógica está relacionada à pesquisa, tal como os hospitais de clínica às faculdades de Medicina (PINHO, 1968, p. 6).

O modelo que as pesquisas e a experimentação educacional devem seguir é apresentado por Jayme Abreu no Editorial do v. 52, n. 115 (jul/set. 1969). Nesse Editorial, Abreu, ao retomar as propostas da Conferência de Atlantic City, defende que a experimentação deve estar vinculada à análise teórica. Ele afirma:

A nosso entendimento, esta posição metodológica de Ben Morris expressa concepção de inteira pertinência quanto à necessidade de vinculação orgânica entre o ‘ângulo factual e experimental’ e ‘o corpo geral da teoria educativa’, o que realmente representa uma premência a ser alcançada pelos sistemas educativos mundo, nas relações entre a pesquisa, a teoria educacional e a praxis escolar (ABREU, 1969, p. 8).

Na realização dessas pesquisas, de acordo ainda com recomendação emanada da Conferência de Atlantic City, é preciso ter sempre em vista ‘evitar escolher projetos de pesquisa triviais ou inexecutáveis’, e alcançar ‘a elevação do nível de pesquisa educacional e revisão de sua estrutura teórica para aumento de sua eficácia, seja na seleção dos problemas, no rigor metodológico e na apresentação das observações e conclusões que não devem nunca levar à desorientação dos que as consomem (ABREU, 1969, p. 10).

Os editores da Revista são claros na definição do modelo teórico a ser utilizado nos trabalhos publicados pela Revista, a saber, o escolanovista. A defesa desse modelo pode ser identificada nos v. 41, n. 94 (abril/junho. 1964) e v. 42, n. 95 (set./dez 1964).⁵⁰ No Editorial

⁵⁰ Sobre a adoção de o modelo escolanovista ver acima seção 4.3.2 “O Manifesto dos Pioneiros do INEP ao povo e principalmente ao governo: os primeiros números pós-golpe de 1964”.

do v. 44, n. 100 (out/dez 1965) os editores na Revista são explícitos na defesa do modelo escolanovista:

Não obstante o pioneirismo do mestre [Rui Barbosa], é com a elite de educadores, que subscrevem o manifesto histórico de 1932 pela ‘educação nova’ que se afirma entre nós uma orientação realmente modernizadora no campo do ensino como uma das manifestações vigorosas da cultura brasileira em florescência, a partir da Semana de Arte Moderna de 1922 (*RBEP*, 1965c, p. 217).

Os editores da *RBEP* consideram que o modelo organizacional da Universidade de Brasília (UnB) deve ser seguido pelas outras instituições. Esta hipótese baseia-se nos seguintes indícios: primeiro, no Editorial do v. 40 n. 91 (jul/set 1963), ao defenderem a extinção do sistema de cátedras, utilizam como referência os Institutos Centrais da UnB; segundo, a publicação no v. 37, n. 85 (jan/mar 1962) e no v. 39, n. 89 (jan/mar 1963) respectivamente dos decretos que instituíram a Fundação Universidade de Brasília e a Aprovação do Estatuto da Universidade de Brasília⁵¹; terceiro, vários dos artigos que são publicados na *RBEP* utilizam o modelo da UnB como referência.⁵²

Portanto, os editores da *RBEP* utilizam como regras e modelos para a definição da linha editorial da Revista a articulação entre a teoria e a experimentação, os princípios escolanovistas e o modelo organizacional da Universidade de Brasília.

4.3.6.2 Os problemas considerados legítimos (1962 a 1971)

As grandes questões, referentes ao ensino superior, que os editores da *RBEP* consideram relevantes durante o período de 1962 e 1971 são as relativas⁵³:

- à formação de profissionais que atendam às necessidades de desenvolvimento do país

Na magna dos problemas dos países em desenvolvimento, em que prementes exigências do progresso social e econômico conflitam com a penúria de recursos materiais e humanos, ocultam os da educação, desde a educação fundamental do povo até a preparação de contingentes de pessoal qualificado para o exercício dos vários gêneros de atividades (*RBEP*, 1966b, p. 183).

O importante é que o País, em vias de industrialização, encontre meios de estimular a formação de profissionais capazes de corresponder aos verdadeiros anseios da realidade nacional, e isto se acha inquestionavelmente ligado à reestruturação do sistema escolar, não em termos de configuração meramente legal, mas em termos de

⁵¹ No período entre 1962 e 1971 também são publicados decretos de aprovação de outros estatutos de Universidades Federais

⁵² Ver adiante seção 5.2 “Os modelos e regras adotados pelo CFE para a construção do conhecimento da realidade”

⁵³ Outras questões recorrentes na *RBEP* são as que se referem a construções escolares e às televisões educativas.

profundo conhecimento do contexto social, seus condicionamentos históricos, geográficos, políticos, demográficos, econômicos (*RBEP*, 1968b, p. 218-9).

- à expansão do ensino superior

Mas, se é verdade que as escolas se multiplicam, que as matrículas se expandem e que se aprimora o padrão de ensino e de pesquisa, é também verdade que já não se amplia onde e como deveria, que não se expande ao ritmo da solicitação nacional de profissionais qualificados, de cientistas e de intelectuais, nem acompanha em seu aprimoramento, o rápido progresso da ciência e da técnica no mundo moderno (BRITO, 1962, p. 3).

- à identificação de fontes de recursos para a educação.

Em verdade, é preciso convir em que educação de boa qualidade é muito custosa. Não há exagero em afirmar que fornecer educação fundamental para todos e mais a educação em nível médio superior e de pós-graduação na quantidade necessária, excede toda a capacidade de investimento público e privado na maioria dos países (ABREU, 1970, p. 6).

- à formação de professores

A recuperação do professor primário é um dos temas mais aflitos da problemática educacional brasileira (PINHO, 1968, p. 6).

4.3.6.3 Os princípios básicos: os não problematizados (1962 a 1971)

A tônica principal da linha editorial da *RBEP* refere-se à necessidade do planejamento da educação visando o desenvolvimento do país. Os outros princípios básicos adotados pelos editores da Revista são derivados deste. Como exemplo da adoção deste princípio, no Editorial do v. 43, n. 98, (abril/jun, 1965), Jayme Abreu elogia a atuação dos participantes da I Conferência de Educação por defenderem a articulação dos esforços. Afirma:

Todos eles atuaram nas discussões e votações sem divergência doutrinária quanto às coordenadas básicas da Conferência que eram as da ação planejada ao invés da conduta acidental e imprimindo no trato dos assuntos da educação, da conjugação efetiva ao invés da desarticulação dos esforços neste campo do empreendimento educacional solidariamente planejado e efetuado, ao invés de estéril, caprichoso e isolado arbítrio de atuação (ABREU, 1965, p. 162).

O autor do Editorial do v. 48, n. 107 (jul/set. 1967), ao defender o papel das escolas particulares o faz afirmando que a expansão e as atividades dessas escolas devem estar relacionadas com o planejamento da educação.

É odioso distinguir, em assunto de natureza pública e social como a educação, o que é público do que é privado. Felizmente ultrapassamos esse estágio de conflito entre escola pública e escola particular. Quer-nos parecer um retrocesso estabelecer agora discriminações favoráveis a escolas particulares, sobretudo considerando que o planejamento da educação não pode ficar restrito a disciplinar instituições públicas (*RBEP*, 1967a, p. 6).

Lucia Marques Pinheiro, no Editorial do v. 52, n. 117 (jan/mar. 1970), crítica o fato de a expansão das oportunidades educacionais não estar vinculada a um planejamento educacional.

Nos países em vias de desenvolvimento, o planejamento está ainda em fase embrionária e falta não raro a discussão das razões básicas para se adotar esta ou aquela política relativa à extensão e distribuição das oportunidades educacionais (PINHEIRO, 1970, p. 5).

Os editores da *RBEF* assumem a idéia de que a formação de profissionais deve ser planejada para que esteja vinculada à necessidade de profissionais para o desenvolvimento do país. No Editorial do v. 38, n. 87 (jul/set. 1962), Otávio Dias Carneiro defende:

Este raciocínio, entretanto, se baseia na premissa, nem sempre verdadeira, de que a 'produção de educação' nos países subdesenvolvidos se ajuste às necessidades do sistema econômico, e que a produção de bacharéis e doutores não vá simplesmente aumentar as fileiras do desemprego qualificado e a legião dos frustrados e insatisfeitos (1962, p. 5).

No início da década de 1970, Jayme Abreu, no Editorial do v. 59, n. 119 (jul/set. 1970), ao analisar os altos custos da educação, defende que a formação de profissionais deve atender às necessidades de recursos humanos do país.⁵⁴ Em suas palavras:

Assim, qualquer programação educacional para ser válida há de partir do balanço de recursos humanos existentes e daqueles necessários à realização de um plano de desenvolvimento, como etapas a curto, médio e longo prazo. Sua orientação terá que ser norteada pela valorização desses recursos e por sua utilização a nível ótimo (ABREU, 1970, p. 6).

Ao tratar sobre o planejamento da expansão do ensino superior, os editores da *RBEF* assumem a visão de que deve ocorrer a expansão das vagas nas instituições existentes e não a expansão das Universidades. No Editorial do v. 40, n. 91 (jul/set. 1963), intitulado "Institutos Universitários e a Pesquisa Científica", Newton Sucupira critica o sistema de cátedra por não permitir a racionalização do uso dos recursos.

A verdade é que esse sistema de institutos de cátedra se contraponha ao princípio dominante da moderna organização universitária que é a centralização e unificação de atividades comuns com o fim de evitar a multiplicação desnecessária e onerosa de instalações e equipamentos permitindo a concentração de recursos e pessoal (SUCUPIRA, 1963, p. 3).

O autor do Editorial do v. 50, n. 112 (out/dez. 1968), ao fazer crítica velada à Reforma Universitária, aponta que um dos defeitos da expansão do Ensino Superior é o da proliferação de novas universidades e do conseqüente desperdício de recursos. Nas palavras do Editorial,

Sobrelevam as questões que atingem o sistema em geral ou em aspectos específicos: caráter estanque das Universidades entre si; insuficiência quantitativa da rede de

⁵⁴ José Silvério Baia Horta (1975), ao discutir as posições assumidas pelo CFE, nomeia este posicionamento como "ênfase de mão de obra". Ver acima seção 2.4, "O CFE e os Planos de Educação".

ensino, apesar de enorme expansão dos últimos anos, feita, aliás, pela multiplicação desordenada de universidades e conseqüente desperdício de recursos materiais e humanos; presença insignificante de efetivos escolares em ramos de ensino absolutamente prioritários em relação às necessidades do país, exames de acesso ao ensino superior altamente seletivos e muitas vezes inexpressivos quanto ao que deveriam, em verdade, corresponder, demora na implantação do regime de dedicação exclusiva para professores e alunos, falta de prédios e aparelhamento adequados, ausência de informações oportunas e adequadas aos alunos quanto às oportunidades de trabalho; necessidade de nova composição de currículos, de novos programas e métodos, tudo conjugado num processo dinâmico e sempre revisível [sic] (RBEP, 1968, p. 218).

Os editores da Revista defendiam a substituição do sistema de cátedra pelo sistema departamental. Esta posição torna-se evidente quando, no v. 40, n. 91 (jul/set. 1963), é publicado na *RBEP*, na seção secundária “Conselho Federal de Educação”, a discussão dos conselheiros em relação à manutenção ou não do sistema de cátedra e, no Editorial assinado por Newton Sucupira (1963), o sistema de cátedra é apontado como das uma das causas da a não reestruturação das universidades.⁵⁵ Segundo Newton Sucupira,

Em princípio uma reforma universitária poderia ser orientada no sentido de restituir às faculdades de filosofia seu verdadeiro papel dentro da universidade, reorganizando-as em departamentos que centralizariam toda a pesquisa científica básica. Contudo, nesta altura cremos que seria muito difícil quebrar uma tradição já cristalizada (1963, p. 4).

O princípio mais repetido nos editoriais da Revista é o da articulação entre a formação acadêmica e profissional ou, em outros termos, a articulação entre a formação acadêmica e utilitária. Por exemplo, no Editorial do v. 40, n. 92 (out/dez. 1963), Celso Kelly, ao discutir as virtudes da LDB/1961, afirma que o ensino médio,

... destinado à adolescência, aquele grau de ensino é, ao mesmo tempo geral e vocacional, cuida da formação do homem e o inicia numa profissão ou carreira. [...] Quem quer que realize sete anos de estudos tem capacidade presumida para os cursos superiores. É a formação da adolescência o curso secundário de feição acadêmica modernizada como o são o curso médio industrial, o comercial, o agrícola, o normal e os de novas modalidades que, em tempo e planos equivalentes, venham a ser criados, nas duas etapas – ginásio e colégio – ou apenas na segunda. [...] Além de destruir os preconceitos entre a antiga escola secundária e a antiga escola profissional refletidas na preferência das famílias abastadas em favor da primeira, o atual ensino médio é suficiente em si, proporcionando ao educando condições econômicas e sociais, mesmo profissionais, sem fechar o prosseguimento dos estudos (1963, p. 8).

Anísio Teixeira defende a articulação entre o ensino acadêmico e o utilitário, ao discorrer sobre o aspecto revolucionário da educação, no Editorial do v. 39, n. 90 (abril/jun. 1963). Ele afirma:

⁵⁵ O Editorial é uma versão resumida do artigo de Newton Sucupira intitulado “Universidades e Institutos”, publicado na seção “Através de Revistas e Jornais” do v. 37, n. 85 (jan/mar 1962). Além de o Editorial conter as mesmas idéias do artigo, em algumas partes a redação é a mesma.

Embora estivessem os Estados Unidos fazendo algo de completamente novo na história, ou seja, educação geral e útil no nível secundário e no superior, a formulação do movimento teve sempre o hábil cuidado em sublinhar o mais completo respeito pelas formas tradicionais de educação acadêmica (TEIXEIRA, 1963, p. 6).

Jayme Abreu ao discorrer sobre o investimento na educação, no Editorial do v. 59, n. 119 (jul/set. 1970), defende explicitamente a educação humanística como requisito para a formação utilitária. Afirma:

A educação não utilitária constitui, sem dúvida, instrumento de liberação mental que pode representar contribuição importante à educação para o desenvolvimento ...
...A educação artística e humanística, ainda que sem o objetivo básico de compensação material, enseja larga margem de adaptação a técnicas e situações diversas, cuja utilidade social é muito grande (ABREU, 1970, p. 8).

Os editores da *RBEP* compreendiam que o Conselho Federal de Educação (CFE) seria o fórum apropriado para a discussão e elaboração da Reforma Universitária. Apesar de o CFE ser apenas citado em dois editoriais⁵⁶ da Revista, ocorrem os seguintes indícios: a publicação da seção secundária “Conselho Federal de Educação”; mesmo quando essa seção é extinta, os Pareceres dos conselheiros continuam a ser publicados em outras seções da Revista; o relatório da “Comissão Meira Mattos”, que critica veemente a atuação do CFE, não é publicado na *RBEP*; a publicação do artigo de Paulo Ernesto Tolle que reconstrói o debate ocorrido no CFE em torno do sistema de cátedras no primeiro número após o golpe militar;⁵⁷ a publicação dos Decretos-leis 53/66 e 252/67, que reestruturaram as universidades federais, é antecedida por nota que informa serem eles baseados em Parecer/Indicação do CFE.⁵⁸

Resumindo, os editores da *RBEP* utilizam como princípios básicos na elaboração da linha editorial da Revista, principalmente em relação ao Ensino Superior, a idéia da necessidade do planejamento da educação. Coerentemente com essa idéia entendem que a formação de profissionais deve atender às necessidades de desenvolvimento do país, que deve ocorrer a expansão das vagas e não das Universidades, e que a formação profissional seja articulada com a utilitária. Para a implantação dessas concepções deve ocorrer a substituição do sistema de cátedra pelo sistema departamental, além de que o CFE seja considerado o fórum adequado para as discussões referentes à Reforma Universitária.

⁵⁶ O CFE é citado nos editoriais do v. 41, n. 94 (abril/junho de 1964) e do v. 42, n. 95 (set./dez 1964).

⁵⁷ Sobre o artigo de Tolle ver acima seção 4.3.2 “O Manifesto dos Pioneiros do INEP ao povo e principalmente ao governo: os primeiros números pós-golpe de 1964”.

⁵⁸ Ver na próxima seção a nota publicada na *RBEP*

4.3.6.4 Os princípios básicos: aqueles em relação aos quais se busca o consenso (1962 a 1971)

No período entre 1962 e 1971 os acontecimentos históricos colocam a *RBEP* diante do fato de que há crescente processo de legislação referente à educação. No caso específico da Reforma Universitária se tem em um primeiro momento o estabelecimento dos Decretos-Leis que reformulam as universidades federais e, em um segundo momento, a promulgação das leis e decretos que implantam a Reforma Universitária.

Nos editoriais da *RBEP* é explícita a posição dos editores contrária ao estabelecimento da Reformas Educacionais através da promulgação de legislação. Toma-se, aqui, alguns exemplos: No Editorial do v. 40, n. 32 (out/dez 1963), Celso Kelly, ao analisar a LDB/1961, defende que a virtude dessa lei é permitir a elaboração de diversas reformas complementares. Em suas palavras:

Nenhum setor reclamaria mais uma nova lei do que a educação. Não que a lei por si produza o resultado mágico de um estudo perfeito este depende do aparelhamento da escola, da formação do mestre e da responsabilidade do meio. Porém a lei vale, menos pelo que impõe, mas pelo que inspira, pelo que estimula e pelo que não impede (KELLY, 1963, p. 3).

A lei de Diretrizes e Bases encerra pois o sentido substancial da reforma abrindo caminho a inúmeras reformas complementares. Nisso residem a sua sabedoria e as razões de sua sobrevivência. Dentro dela todas as aspirações podem encontrar acolhida. É uma lei que muda e deixa abertas as portas para mudanças maiores (KELLY, 1963, p. 5).

No v.47, n. 106 (abr/jun, 1967), são publicados na seção “Legislação” os Decretos-Leis 53/66 e 442/67, que reestruturam as universidades federais. No Editorial desse número, Jayme Abreu (1967) não faz nenhuma referência aos Decretos-Leis, mas sim prefere criticar as teses defendidas na III Conferência de Educação por não se basearem na pesquisa metódica, mas sim em opiniões; atribui essa postura à “nossa formação cultural lítero-jurídica”.⁵⁹ Não é possível afirmar categoricamente que a crítica de Jayme Abreu tenha como objetivo criticar a promulgação dos citados Decretos-Leis, contudo é um indicio de que os editores da *RBEP* se posicionam contra as reformas feitas por legislação.

Os editores procuram conciliar, na linha editorial da Revista, a tese contrária à postura de fazer a Reforma Universitária mediante legislação com a valorização da participação do CFE na elaboração da legislação. Deve-se entender esta tentativa de conciliação como tensão

⁵⁹ As Conferências de Educação foram organizadas nesse período pelo INEP. No v.47, n. 106 (abr/jun, 1967), é publicado na seção Documentação o discurso de Anísio Teixeira na III Conferência de Educação.

na publicação entre as teses contrárias à promulgação de legislação e as que valorizam a participação do CFE.

A tensão descrita acima quanto à publicação dos Decretos-Leis de reestruturação das Universidades Federais é observada, por um lado, no Editorial de Jayme Abreu que questiona as teses que defendem a reformulação da educação via legislação e no fato de os editores da Revista relutarem em publicar os Decretos-Leis 53/66 e 252/67, pois ele foi publicado apenas no v. 47, n. 106, com data de capa de abril/junho de 1967 e não no v. 47, n. 105 (jan/mar 1967), como seria de esperar.⁶⁰ Por outro lado, antecedendo a apresentação dos Decretos-Leis tem-se a seguinte informação ao leitor:

Com base no Parecer-Indicação n. 442/66 do Prof. Valnir Chagas aprovado pelo Conselho Federal de Educação no mês de agosto último, o Pres. Castelo Branco expediu os seguintes Decretos-Leis que consubstanciam a doutrina e diretrizes firmadas pelo Conselho (*RBEF*, 1967b, p., 313).

A tensão acima descrita pode ser identificada no destaque que é dado na Revista a dois Pareceres/Indicação de Valnir Chagas. O primeiro, o Parecer/Indicação n. 442./66, de Valnir Chagas, é publicado na seção secundária “Conselho Federal” do v. 46, n. 103 (jul/set, 1966); o segundo é a Indicação n. 48/67 intitulada “continuidade e terminalidade do processo de escolarização”, publicada na seção primária “Estudos e Debates”, v. 49, n. 110 (abr/jun 1968). No Parecer/Indicação n. 442/66, Valnir Chagas elabora a proposta de lei que, com pequenas alterações de redação, constituíra o Decreto-Lei 53/66 sobre a Reestruturação das Universidades Federais; portanto, no Parecer é proposta a redação de legislação. A Indicação n. 48/67 é um texto doutrinário no qual Valnir Chagas defende que todas as etapas do ensino devem permitir a continuação dos estudos e ao mesmo tempo permitir que o estudante que interrompa os estudos obtenha qualificação profissional. Portanto, é um Parecer que, apesar de influenciar a legislação futura, não contém a proposta de uma lei. Considerando que a seção secundária “Conselho Federal de Educação”, entre os anos de 1965 e 1967, é publicada apenas três vezes, que os documentos publicados nessa seção tem destaque gráfico menor que os publicados nas outras seções⁶¹ e que nesse período os Pareceres eram publicados nas seções “Estudos e Debates” e “Documentação”, pode-se inferir que os documentos que

⁶⁰ Os Decretos-Leis 58/66 e 252/67 são respectivamente de 18/11/1966 e de 28/2/1967. No v. 47 n. 105 (jan/mar 1967) é publicado o discurso de posse de Carlos Pasquale como diretor do Departamento Regional do SENAI em São Paulo, proferido em 10/03/67. Como os Decretos-Leis têm a sua publicação anterior ao discurso de Pasquale, eles poderiam ter sido divulgados pela Revista no número anterior ao número no qual foram publicados.

⁶¹ Na seção secundária “Conselho Federal de Educação” a letra tem corpo menor que as seções primárias “Estudos e Debates” e “Documentação”.

produzem doutrinas são mais valorizados pelos editores do que os documentos que propõem legislação. Poder-se-ia argumentar, contrariamente a esta inferência, que não seria adequado publicar uma proposta de legislação na seção primária “Estudos e Debates”; contudo, é importante ressaltar que nesse período a linha editorial da Revista indicaria que o Parecer/Indicação de Valnir Chagas deveria ser publicado na seção “Documentação”, na qual o destaque é o mesmo ao dado à seção “Estudos e Debates”.

No v. 50, n. 111 (jul/set 1968), na *RBEP*, no qual é apresentado o relatório do “Grupo de Trabalho da Reforma Universitária”, é também publicado o artigo de Newton Sucupira (1968) intitulado “A Reestruturação das Universidades Federais” no qual o autor defende a promulgação dos Decretos-Leis 53/66 e 442/67. É interessante notar que, na Revista, Newton Sucupira é identificado como sendo da Universidade do Recife e não como membro do CFE; não se diz que o artigo foi apresentado no “II Seminário sobre Assuntos Universitários” promovido pelo CFE e nem que o artigo foi publicado anteriormente na separata da revista *Documenta* n. 31, em novembro de 1967. Pode-se interpretar que a demora da publicação resulta da linha editorial da Revista que defende que a Reforma Universitária não deve ocorrer mediante legislação, e que ele é finalmente publicado nesse número por relatar que os princípios presentes nos Decretos-Leis 53/66 e 442/67 são resultados das doutrinas e jurisprudências elaboradas pelo CFE.

No v. 56, n. 124 (out/dez 1971), o autor do Editorial, ao discutir a importância da formação profissional do magistério, ressalta que a legislação sem a prática não reformula a educação. Nas palavras do Editorial:

A experiência legislativa brasileira é rica de textos compactos lúcidos e com frequência frustrados, porque a eles não correspondeu a ação coerente, dinamizadora do pensamento criador (*RBEP*, 1971, p. 268).

É interessante notar que os editores da *RBEP* mantêm a posição contrária a Reformas Educacionais via legislação, mesmo depois de feitas as Reformas Legislativas do Ensino Superior e de 1º e 2º graus.⁶²

Portanto, os editores da *RBEP*, diante dos fatos que conduzem à Reforma Universitária de 1968, buscam estabelecer o consenso de que a Reforma não deve ocorrer por meio de normas estabelecidas pela legislação. Entende-se que os editores da Revista não desconsideraram as idéias contrárias a sua visão, como foi usual na sua história, pelo fato de

⁶² A Lei 5.692/71 foi publicada na Revista no v. 56, n. 123 (jul/set 1971).

que a elaboração da legislação estava contando com a participação efetiva de dois conselheiros do CFE próximos ao INEP: Valnir Chagas e Newton Sucupira.

Conclusão

O INEP foi criado em 1936 na gestão do Ministro da Educação e da Saúde Gustavo Capanema. A sua instalação ocorreu em 1938 graças à habilidade política de Lourenço Filho que vinculou as atividades do Instituto ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), órgão que tinha prestígio no Estado Novo. Esta vinculação, por um lado, permitiu o desenvolvimento de pesquisas educacionais, por outro, a estrutura inicial do INEP visava atender às necessidades do DASP. Em relação às atividades referentes à educação, o INEP em sua história se caracterizou por desenvolver atividades relacionadas à documentação, à pesquisa e à divulgação pedagógica e, de executar políticas públicas para a educação.

A *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)* é criada no ano de 1944. Desde o seu primeiro número é uma publicação oficial do INEP, mantendo autonomia em relação ao Ministério da Educação. Durante o período que Lourenço Filho tem forte influência no INEP (1938-1952), a linha editorial da Revista mantém-se coerente com a proposta editorial apresentada no seu primeiro número: adota o ponto de vista nacional, assume a postura escolanovista e trata de temas práticos. Na gestão de Murilo Braga (1946-1952) como diretor do INEP, os artigos relacionados a temas práticos têm o seu volume de publicação diminuído, porém, os de psicologia aplicada têm o seu volume de publicação aumentado. A Revista publica até 1983 apenas artigos solicitados, o que evidencia a proposta de seus editores em exercer a liderança moral e intelectual em relação à educação.

Anísio Teixeira, ao assumir a direção do INEP em 1952, retoma o objetivo de tornar o Instituto um órgão de pesquisas educacionais. Em 28 de dezembro de 1955, cria o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais. O CBPE é um Centro de pesquisa dentro de um Instituto de pesquisa, fato que se deve interpretar como a tentativa de Anísio Teixeira de romper com o passado do INEP. O CBPE foi criado à imagem e semelhança do Centro de Documentação Pedagógica da França, com o objetivo de, de forma descentralizada, pesquisar, documentar e disseminar o conhecimento educacional.

O “Discurso de Posse” de Anísio Teixeira e seu artigo “A administração pública brasileira e a educação” são textos paradigmáticos. A análise desses textos permite conhecer

as questões, modelos, regras e princípios que são referência para a produção de conhecimentos expressos nos artigos publicados na Revista nesse período. A produção desses conhecimentos é consequência do exercício do poder em um Aparelho de Estado, o INEP. A Revista ao publicar as concepções de um grupo é um instrumento na tentativa de consolidar a liderança intelectual e moral desse grupo.

No período 1962 a 1971, que é o período demarcado nesta tese para a pesquisa, a influência de Anísio Teixeira no INEP e conseqüentemente na *RBEP* é marcante, mesmo após o Golpe Militar de 1964, quando deixa de exercer o cargo de diretor do Instituto.

Os v. 41, n. 94 (abril/jun. 1964) e v. 42, n. 95 (set./dez 1964), são números significativos para a compreensão da postura assumida pelo INEP após a “Revolução de 1964”⁶³. A leitura atenta desses números permite afirmar que os editores pretendiam defender as seguintes teses: o INEP não se colocava contrário à “Revolução”, não houve ruptura da normalidade com a “Revolução de 1964”, o INEP continua a adotar a posição dos signatários do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, o grande tema a ser tratado é a Reforma Universitária, não se deve adotar modelo único de universidade e o Conselho Federal de Educação (CFE) é o órgão apropriado para conduzir a Reforma Universitária.

A análise estatística dos autores que publicaram na *RBEP* revela que os que mais publicaram na Revista têm ligação com o INEP e/ou com o CFE. Os Conselheiros que mais publicaram na *RBEP* ao longo do período foram Anísio Teixeira, Newton Sucupira, Valnir Chagas, Pe. José de Vasconcelos, Celso Kelly, Durmeval Trigueiro e Maurício Rocha e Silva.

No período de 1962 a 1971, a composição do Conselho de Redação da Revista praticamente se mantém inalterada, o que permite a constância da sua linha editorial. A leitura dos editoriais e a visão geral do que é publicado, do que não é publicado e de quando é publicado permite afirmar que os editores da Revista adotam como regras e modelos para a definição da linha editorial os seguintes aspectos: a articulação entre a teoria e a experimentação, os princípios escolanovistas e o modelo organizacional da Universidade de Brasília.

Ainda na definição da linha editorial da Revista adota-se como princípio básico que a educação deve ser planejada. Ligadas a esse princípio são adotadas como referência as seguintes concepções: a formação de profissionais deve atender às necessidades de

⁶³ Aqui utilizo o termo “Revolução” para demonstrar que no período não se tem a visão que se tratava de um golpe militar

desenvolvimento do país, que deve ocorrer a expansão das vagas e não das Universidades, e que a formação profissional seja articulada com a utilitária. Para a implantação desses princípios deve ocorrer a substituição do sistema de cátedra pelo sistema departamental, além de que o CFE seja considerado o fórum adequado para as discussões referentes à Reforma Universitária.

Os editores da *RBEP* se posicionam contrários à visão de que a Reforma Universitária deveria ser realizada mediante atos legislativos. Diante da promulgação das legislações referentes à Reforma Universitária, os editores da Revista procuram conciliar a posição contrária à Reforma Educacional mediante legislação e com o fato de que a legislação que estava sendo elaborada tinha forte influência do CFE.

O fato da elaboração da legislação estar contando com a participação de dois conselheiros próximos ao INEP – Valnir Chagas e Newton Sucupira – permite compreender o porquê da Revista simplesmente não ignorar os fatos e idéias que contrariam a sua linha editorial, prática que é recorrente em sua história. Considerando a postura hesitante dos editores da Revista em relação à publicação ou não das teses em favor de Reforma Universitária, propõe-se a seguinte hipótese: o grupo de conselheiros que utiliza a *RBEP* para exercer a liderança moral e intelectual no período entre 1966 e 1968 divide-se em dois subgrupos divergentes. De um lado estão Anísio Teixeira e Durmeval Trigueiro e, de outro, Newton Sucupira e Valnir Chagas.⁶⁴ A discussão dessa hipótese será objeto do capítulo 5 deste estudo.

⁶⁴ Nessa interpretação não são considerados os conselheiros Pe. José de Vasconcelos, Celso Kelly, pois eles não faziam parte da Câmara de Ensino Superior. Também não se considerou Maurício Rocha e Silva, pois nesse período ele não mais pertencia ao Conselho Federal de Educação.